



**OBSERVATÓRIO  
DIREITOS HUMANOS  
CRISE COVID 19**

## **Observatório Direitos Humanos e Crise Covid-19**

O Observatório produz e sistematiza informações referentes aos direitos humanos no contexto da pandemia do Coronavírus no Brasil.

### **Estudo**

**Elas que lutam – Mulheres e a sustentação da vida na pandemia. Brasil, dezembro de 2021.**

Observação: Este material está disponível somente em formato digital.

### **Coordenação da Pesquisa:**

Analba Brazão, Guacira César, Lúcia Xavier, Milena Argenta e Silvia Dantas

### **Pesquisadoras responsáveis:**

Ana Cecília Cuentro e Isadora Salomão

## **REALIZAÇÃO**



## **EM PARCERIA COM**



## **GT do Estudo**

AMB  
CFEMEA  
CRIOLA  
SOS Corpo



**OBSERVATÓRIO  
DIREITOS HUMANOS  
CRISE COVID-19**

---

## **Consultoras Técnicas Responsáveis**

Ana Cecília Cuentro  
Isadora Salomão

# SUMÁRIO

Relatório Final  
Estudo sobre solidariedade e cuidado  
2021

**01**

pg. 4

Apresentação

**02**

pg. 5

Agradecimentos

**03**

pg. 6

Introdução

**04**

pg. 7

Notas  
metodológicas

**05**

pg. 11

A vida das mulheres  
brasileiras em  
contexto de  
pandemia

**06**

pg. 20

Mulheres em  
movimento:  
Tecendo redes de  
solidariedade e  
cuidado

**07**

pg. 43

Elas que lutam:  
Resistência,  
articulação e  
potência coletiva  
transformadora

**08**

pg. 53

Construção de  
Mudança de  
Paradigma e novos  
caminhos  
civilizatórios



AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

FPMM - Fórum Popular de Mulheres de Manaus

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersex, Assexuais +

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas

MMM - Marcha Mundial de Mulheres

MST - Movimento dos e das Trabalhadores/as Sem Terra

RENFA - Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas

MTST - Movimentos dos e das Trabalhadores/as Sem Teto

OMS - Organização Mundial de Saúde

ODH - Observatório de Direitos Humanos

ONG - Organização Não-Governamental

OSC - Organização da Sociedade

# 01

## Apresentação

**ELAS QUE LUTAM - As mulheres e a sustentação da vida na pandemia** é um estudo inicial sobre as ações de solidariedade e cuidado lideradas pelas mulheres durante esta longa pandemia. Surge da necessidade de visibilizar, reconhecer, discernir e evidenciar a relevância e imprescindibilidade da ação das mulheres neste contexto de crise e pandemia para a sustentação da vida, em suas ações concretas, mobilizadas por meio da empatia e do desejo de acolher as pessoas e transformar o mundo.

Diante deste cenário devastador, o estudo pretende, também, ser parte da construção de alternativas políticas que nos ajudem a sair deste abismo e apontem para a construção de novos caminhos civilizatórios. É, ainda, parte do interesse deste documento, denunciar as estratégias do Estado, principalmente do governo federal e também de alguns estados, de abandono das pessoas, em todas as suas esferas, que, quando não tem matado de bala, pela sua política racista e genocida, tem deixado o povo brasileiro morrer de fome, de Covid-19 e/ou pela falta de assistência, ainda mais em tempos pandêmicos.

Ao mesmo tempo em que desejamos denunciar, desejamos, ainda mais, visibilizar e fortalecer estas valiosas iniciativas, que nascem da potência das mulheres em movimento, em todo o país, que, nestes tempos, amplificaram sua ação coletiva na mesma velocidade em que a urgência da fome e da pobreza se ampliou. Propomos, desta forma, a partir do mapeamento das ações de solidariedade e cuidado realizado, visibilizar as iniciativas e lutas políticas construídas pelas mulheres, ao longo de toda esta crise sanitária, econômica, política e social que vivenciamos hoje. Fazemos isso, pois sabemos serem elas as protagonistas da sustentação das vidas das famílias e redes comunitárias em nosso país. E sabemos que isso é parte do compromisso ético e político que as mulheres, historicamente, constroem, em busca de uma sociedade mais justa, igualitária e pelo Bem Viver.

Este estudo é construído dentro dos marcos do **Observatório de Direitos Humanos Crise e Covid-19**, pela iniciativa de entidades feministas antirracistas e de mulheres negras que o integram: a AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras, o CFEMEA, o CRIOLA e o SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia. O trabalho foi desenvolvido por meio do GT sobre Solidariedade e Cuidado, composto por estas organizações e pelas consultoras e pesquisadoras Ana Cecília Cuentro e Isadora Salomão.

**Venham conosco e boa leitura!**

## 02

# Agradecimentos

Que tempos tão difíceis, estes que estamos vivendo! No Brasil, vemos o agravamento de um contexto que, há tempos, já abrigava a violação, a superexploração e maltratava nosso povo, principalmente as mulheres, cis e trans, as pessoas negras e periféricas. Uma pandemia que chegou silenciosa e, de repente, transformou as nossas vidas e precarizou, ainda mais, as condições de sustentação da vida da maioria da população.

Na mesma velocidade das urgências e agravamentos das condições sanitárias, sociais, políticas e econômicas, vimos as ações para conter e minimizar estragos tão profundos, agudizados por essa pandemia, serem protagonizadas e se desenvolverem mais fortemente, no âmbito nacional, não pelo Poder Público, mas pela mobilização das organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Como não poderia deixar de ser, porque é assim que, historicamente, se dá, foram as mulheres aquelas que estiveram à frente das ações de solidariedade e cuidado. Iniciativas que, não apenas asseguraram a alimentação de comunidades inteiras - o que já é bastante coisa -, como cuidaram e cultivaram as sementes de um futuro de transformação social e Bem Viver.

É a todas essas, mulheres quilombolas, ribeirinhas, indígenas, periféricas, camponesas, sem-terra, sem-teto, feministas antirracistas, comprometidas com o fim das desigualdades, que, primeiramente, queremos agradecer. Pela potência e capacidade coletiva em cuidar e sustentar a vida em comunidade, pela responsabilidade e compromisso com a luta, que cada uma traz consigo. Agradecemos pela força transformadora e pela resiliência de cada uma de nós, que tem sustentado o mundo nas costas.

Agradecemos também às companheiras que, gentilmente, participaram do mapeamento e das entrevistas. Somos gratas pela disponibilidade e disposição de cada uma de vocês, de nos ceder um tantinho de seus tempos tão preciosos. O agradecimento se estende às companheiras das organizações que, de forma tão comprometida, construíram a proposta deste estudo. Agradecemos a todas que, direta e indiretamente, contribuíram com este trabalho. Toda construção é coletiva, pois é parte das vivências e saberes que partilhamos juntas, cotidianamente, na luta por uma sociedade transformada, justa, segura e igualitária.

Este trabalho é parte da memória política das mulheres, é registro de nossas histórias e ações, apagadas e invisibilizadas ao longo do tempo. Ele vem reafirmar o compromisso político da luta feminista antirracista, antiLGBTQIA+fóbica, anticapacitista e anticapitalista que as mulheres, em sua diversidade, constroem em todo o país.

# 03

## Introdução

Este documento se divide em diferentes sessões, que analisam os elementos trazidos pelo estudo, nos diálogos e partilhas de saberes coletivos produzidos.

Na seção **Notas Metodológicas**, são detalhados os caminhos percorridos para construir os instrumentos de coleta e análise do estudo. No tópico **A vida das mulheres brasileiras em contexto de pandemia**, estão os elementos da conjuntura que vêm impactando a vida das mulheres, como a grave violação de direitos, a falta de assistência, a precarização e as desigualdades ampliadas, principalmente sobre as mulheres negras.

Em **Mulheres em Movimento, tecendo redes de solidariedade e cuidado**, iniciamos a apresentação dos dados e do debate sobre as mulheres e as iniciativas por elas lideradas. Nesta seção são apresentados os principais dados do mapeamento das iniciativas e do perfil das mulheres, além das ideias sobre solidariedade e cuidado, tecidas por elas em seus movimentos.

Nos tópicos **Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer** e **Elas que lutam - resistência, articulação e potência coletiva transformadora**, são apresentados elementos, fundamentos e perspectivas que compõem o espelho político destas iniciativas, a partir de debates sobre autocuidado e cuidado coletivo entre mulheres, solidariedade, interseccionalidade, auto-organização, economia e ética feminista, ausências e violações cometidas pelo Estado durante a pandemia, dentre outras questões.

Ao final, temos o item **Construção de Mudança de Paradigma e novos caminhos civilizatórios - O que a luta das mulheres brasileiras nos ensina sobre isso?**, espaço em que são apresentadas as reflexões finais do estudo. Neste tópico, é destacada a importância do que as mulheres, em sua diversidade, vêm construindo, no sentido também de apontar para a urgência de novos caminhos civilizatórios que nos ajudem a sair deste grave colapso ambiental, social, político e econômico onde nos encontramos hoje. São as ações, tecidas há séculos pelo povo brasileiro, retomadas no presente para fortalecer os caminhos para o futuro.

# 04

## Notas Metodológicas

Este estudo se divide em duas fases. A primeira, contemplada em relatório anterior, consistiu em mapear iniciativas de cuidado e solidariedade protagonizadas pelas mulheres em seus movimentos, concebidas, articuladas e desenvolvidas em coletivos, frentes de luta, articulação, coalizão, redes, brigadas e OSCs, durante a pandemia, localizando onde estão e quem são os grupos que as têm desenvolvido, para além de traçar o perfil das mulheres que lideraram as ações. A segunda e última fase será contemplada neste documento, que pretende traçar um retrato, um espelho político das mulheres brasileiras em movimento, a partir de suas iniciativas no contexto da pandemia e trajetórias coletivas de luta. Espelho político esse que irá apresentar as similaridades, convergências e desafios vivenciados entre as iniciativas pesquisadas e o conjunto das mulheres em luta, em um momento tão difícil como o da pandemia de Covid-19.

É importante salientar que, neste relatório, alguns elementos do **mapeamento de iniciativas** e do **perfil das lideranças** serão trazidos, por serem partes fundamentais na construção do diálogo aqui proposto.

O mapeamento foi realizado por meio da aplicação de um questionário eletrônico (*Google Forms*) e contou com 33 perguntas, abertas e de múltipla escolha, divididas em **04 (quatro) sessões**:

- a) identificação individual, com dados do perfil das mulheres que responderam ao questionário;
- b) perfil do grupo, coletivo, movimento ou articulação, com informações sobre estas organizações;
- c) iniciativas realizadas no período da pandemia, para entender sobre as ações desenvolvidas e o público contemplado e;
- d) desafios e ganhos destas ações.

No total, foram **50** questionários preenchidos por mulheres que atuam em diversas frentes de ação política. A forma utilizada para chegar até elas deu-se pela técnica “bola de neve”, tipo de amostragem por conveniência e não probabilística, que não pretende constituir uma amostra representativa de todas as iniciativas produzidas pela população brasileira. As organizações mapeadas foram selecionadas por meio das redes de contatos e articulações do próprio Observatório de Direitos Humanos Crise e Covid-19, que apresentou um indicativo inicial de quais grupos ou movimentos estavam engajados nestas ações.

Como pré-requisitos, prezamos pela diversidade territorial e temática entre os coletivos abordados e, por se tratar de um estudo preliminar, limitamos o escopo, inicialmente, até trinta (30) iniciativas. Mesmo tendo passado desta meta, é importante reafirmar que este mapeamento é tão somente um recorte do universo de ações desenvolvidas pelas mulheres ao longo da pandemia de Covid-19, inclusive das que estão dentro do campo político abarcado por este estudo.

É sabido que os dados levantados, através das respostas, hoje representam um universo muito maior de pessoas alcançadas e ações desenvolvidas, não apenas pela demarcação temporal - os formulários foram aplicados em março de 2021 - mas pela quantidade expressiva de iniciativas que se multiplicaram nacionalmente. De lá para cá, vemos crescer as redes de solidariedade e cuidado entre os movimentos sociais e de mulheres, como resposta à crise social, econômica, política e humanitária que enfrentamos atualmente.

Buscamos mapear e visibilizar iniciativas de grupos, coletivos, movimentos e articulações localizados no campo político progressista, cujas sujeitas estão comprometidas com a luta anticapitalista, feminista, antirracista, antiLGBTQIA+fóbica e anticapitalista. As ações desenvolvidas por estes coletivos e movimentos durante a pandemia estão atreladas ao compromisso político de suas organizações com a transformação social, com a eliminação das desigualdades sociais, raciais, territoriais e de gênero e na defesa dos Direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Ainda que cada questionário só pudesse ser respondido por uma pessoa, houve casos de mais de uma integrante de um mesmo movimento ou articulação preencher o questionário, por desenvolverem ações em diversos territórios e com iniciativas distintas, sem prejuízo ao estudo.

No traçar do perfil das mulheres que estiveram à frente das ações, que podem ou não ser lideranças do grupo, coletivo, movimento ou organização, abriu-se a possibilidade de uma maior compreensão de quem são as mulheres que vêm desenvolvendo ações de cuidado e solidariedade na pandemia. Importante pontuar que este perfil foi construído com base nas respostas das mulheres ao questionário e não representam a totalidade das mulheres que estiveram à frente das ações.

A pergunta geradora deste tópico foi: **Quem faz a solidariedade circular?** Para respondê-la, algumas categorias facilitaram o desenho do perfil das mulheres que responderam ao questionário do estudo, tais como: **gênero, raça, idade, território**, dentre outras.

Já no mapeamento das iniciativas desenvolvidas, o ponto de partida foi a caracterização das organizações e dos tipos de ação realizadas, assim como os públicos alcançados e sua abrangência territorial. A pergunta geradora deste tópico foi: **Como se deu a mobilização do cuidado e da solidariedade nos diversos territórios?** Para respondê-la, algumas categorias foram utilizadas para delinear as iniciativas abarcadas pelo estudo, tais como: **abrangência da ação, tipo de ação, quais desafios enfrentaram**, dentre outras.

A construção deste mapeamento representou um momento fundamental para que pudéssemos nos aproximar e conhecer as iniciativas desenvolvidas pelas mulheres em todo o território nacional. Impressiona a riqueza e a diversidade das ações, bem como os públicos alcançados, e a capacidade de articulação entre as organizações. Questões que serão trabalhadas abaixo.

A segunda fase deste estudo se inicia com a realização de entrevistas semiestruturadas, individuais e coletivas<sup>1</sup>, com **11** grupos, organizações e/ou movimentos, de caracterizações diversas, mistos e de mulheres, sendo elas: **CRIOLA, MST (Movimento dos/as Trabalhadores/as Sem Terra), MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), RENFA (Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas), Tecelãs do Cuidado, AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras), MMM (Marcha Mundial de Mulheres), RMN/FMPE (Rede de Mulheres de Pernambuco e Fórum de Mulheres de Pernambuco), SOS Corpo - Instituto Feminista para Democracia, Ilè Asé Omo Obá Toyó e o FPMM (Fórum Popular de Mulheres de Manaus).**

---

<sup>1</sup> Sobre as entrevistas: as entrevistas coletivas foram realizadas com- AMB, Renfa e Tecelãs do Cuidado. As demais foram entrevistas individuais.

Para fins metodológicos as entrevistas seguiram um roteiro, dividido em 04 (quatro) sessões, contendo, desde o perfil socioeconômico das entrevistadas e pessoas impactadas pelas ações, ao que cada organização compreendia por cuidado e solidariedade, a natureza de suas ações e como os resultados dessas ações auxiliam ou não na construção de alternativas de transformação social, dentre outras perguntas.

Os movimentos e grupos foram escolhidos dentro do universo das 50 organizações participantes da primeira fase, e a escolha prezou pela diversidade territorial, temática, racial e de iniciativas, buscando, em cada uma, trazer exemplos de uma ou mais iniciativas desenvolvidas pelos movimentos. Foram entrevistas de 1h30 (uma hora e meia) de duração, em média, e contaram com a participação das pesquisadoras e de integrantes do Grupo de Trabalho que coordenou o estudo pelo ODH Crise e Covid-19.

Todo o trabalho foi desenvolvido coletivamente, a partir da articulação entre as pesquisadoras e as companheiras do GT ODH, representando as suas organizações, sejam elas: **CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, CRIOLA e AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras).**

Como forma de enriquecer as análises de conteúdo trazidas pelas entrevistas e pelos dados do mapeamento, também foram realizadas atividades prévias para ajuste de referencial teórico e de conceitos, assim como leituras de textos, documentos e materiais produzidos pelas organizações e movimentos, relacionados aos temas abordados, tais como cartas políticas e demais escritos - saberes construídos, coletivamente, pelas mulheres em movimento.

# 05

## A vida das mulheres brasileiras em contexto de pandemia

Desde o começo de 2020, temos visto o mundo – e o olhar sobre ele - mudar. A pandemia causada pela Covid-19 trouxe, junto a si, a ampliação das desigualdades e deixou nítido que um sistema de produção que sobrepõe o lucro à vida, o privado ao público e o individual ao coletivo, não nos serve. Mostrou o peso do racismo estrutural e do patriarcado - modos de estrutura social que são lastro e instrumento do sistema capitalista no mundo – também por meio do impacto potencializado das crises – sanitária, econômica, política e social - na vida do povo negro, dos povos tradicionais e originários e das mulheres.

A pandemia agudizou, portanto, o que já era muito ruim: ampliou a concentração da riqueza e do poder; vemos a vida ainda mais submetida ao lucro; o público ainda mais privatizado; o comum ainda mais devastado; as violências ainda mais autorizadas e impunes; o ódio cada vez mais disseminado e; um maior abandono daqueles e daquelas que são alvo da exploração do capital, da misoginia, do racismo, do etnocentrismo, da LGBTQIA+fobia.

Em pouco mais de um ano, vimos recair sobre as mulheres, principalmente mulheres negras e pobres<sup>2</sup>, a maior carga no que diz respeito à sustentação e manutenção da vida na pandemia, mais especificamente, o cuidado e o trabalho – produtivo e reprodutivo, remunerado e não-remunerado, realizado por elas.

As alterações e adaptações do ambiente de trabalho que vieram junto à pandemia se somaram à sobrecarga do trabalho doméstico, com jornadas intermitentes com as tarefas de cuidado com crianças, idosos, pessoas com

---

<sup>2</sup> Segundo a última Síntese dos Indicadores Sociais do país (“Análise das Condições de Vida da População Brasileira”), realizada pelo IBGE, em 2019, 63% das casas chefiadas por mulheres negras no Brasil vivem abaixo da linha da pobreza. Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>

deficiência; e relacionadas à educação e à saúde, além da proteção de famílias e comunidades a que pertencem. Antes mesmo da pandemia, ao todo, as mulheres disponibilizam, em média, mais de 61 horas por semana em trabalhos não remunerados e invisibilizados no Brasil, segundo estudo da Think Olga<sup>3</sup>, a partir de dados do IBGE.

Os dados recentes de uma pesquisa realizada pela Sempre Viva Organização Feminista (SOF), em 2020<sup>4</sup>, mostram que mais de 50% das mulheres entrevistadas afirmam que passaram a cuidar de alguém na pandemia e 72% delas afirmaram que a necessidade de acompanhamento e monitoramento aumentou. Dentre estas, 62% são mulheres rurais e 52% negras<sup>5</sup>.

Todas estas tarefas permanecem sendo desigualmente repartidas entre homens e mulheres, mas não são só as distorções das relações de gênero que pesam, gerando ainda mais injustiças e superexploração das mulheres no contexto da pandemia. **A crise sanitária da Covid-19 trouxe a necessidade de colocar a dimensão do cuidado no centro dos debates.** No que muitos estudos denominam de uma “crise do cuidado”, o isolamento social, o aumento das vulnerabilidades e o medo de contágio, contribuíram ainda mais para a sobrecarga com os trabalhos domésticos e atividades referentes ao cuidado, que incluem desde à alimentação, aos cuidados com educação e saúde da família e redes comunitárias.

A necessidade de isolamento social e quarentena, tratados como privilégio e não direito no Brasil, ampliou a violência doméstica<sup>6</sup> e trouxe junto o crescimento do número de feminicídios<sup>7</sup>. Cabe considerar que, diante do contexto da pandemia, as

---

<sup>3</sup> Pesquisa do Think Olga, chamada “Economia do cuidado: como podemos visibilizar o trabalho invisível das mulheres na economia do cuidado” (2021). Fonte: <https://lab.thinkolga.com/economia-do-cuidado/>

<sup>4</sup> Pesquisa da SOF – Sempre Viva Organização Feminista, “Sem parar: O trabalho e a vida das mulheres durante a pandemia” (2020). Fonte: [http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Relatorio\\_Pesquisa\\_SemParar.pdf](http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf)

<sup>6</sup> Apesar dos registros de agressões em decorrência de violência doméstica nas delegacias terem caído 9,9% durante a pandemia, em relação ao mesmo período do ano passado, o número de ligações para o 190 para relatar a mesma ocorrência aumentou em 3,8%. Ao todo, foram 147.379 chamados abertos. Fonte: <https://jovempan.com.br/noticias/brasil/casos-de-feminicidio-crescem-19-no-1o-semester-de-2020.html>

<sup>7</sup> Os casos de feminicídio no Brasil cresceram 1,9% no primeiro semestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano passado. No total, foram 648 mulheres assassinadas por causa do gênero nos primeiros seis meses deste ano. Os dados fazem parte do Anuário Brasileiro de Segurança Pública

dificuldades de denunciar as agressões pioraram, havendo uma grande quantidade de casos subnotificados, o que agrava ainda mais este cenário.

Para além dos elementos apontados acima, cabe destacar também, no que diz respeito aos profissionais que estão na linha de frente do combate ao Coronavírus, em todo o globo e, mais precisamente na América Latina<sup>8</sup>, são as mulheres a sua maioria<sup>9</sup>. A feminização das profissões relacionadas ao cuidado de terceiros (saúde, educação e assistência) faz com que a expressiva presença das mulheres na linha de frente do combate à Covid-19 as exponha mais, no risco de contaminação e, conseqüentemente, nos casos de óbito pela doença<sup>10</sup>.

No contexto do mundo do trabalho como um todo, para além do aumento das sobrecargas, a pandemia impactou as mulheres mais fortemente em todos os aspectos. Parcela expressiva de mulheres perdeu sua ocupação no período da pandemia, nos empregos formais ou informais, e muitas tiveram que sair de casa e se expor ao risco de contágio para buscar alguma forma de trabalho e/ou renda, em detrimento à proteção de sua vida e dos seus familiares.

Segundo a Carta de conjuntura do IPEA (2021)<sup>11</sup>, a taxa de desocupação entre mulheres (16,4%), no quarto trimestre de 2020, foi maior do que entre homens (11,9%). O DIEESE<sup>12</sup> aponta, em estudo comparativo entre o 3º trimestre de 2019 e 2020, que o contingente de mulheres fora da força de trabalho aumentou 8,6 milhões, a ocupação feminina diminuiu 5,7 milhões e mais 504 mil mulheres passaram a ser

---

divulgado em outubro de 2020. Fonte: <https://jovempan.com.br/noticias/brasil/casos-de-feminicidio-crescem-19-no-1o-semester-de-2020.html>

<sup>8</sup> Na América Latina e Caribe, 07 de cada 10 trabalhadores destas áreas são mulheres, mas seus salários são pelo menos 25% inferiores aos de seus colegas homens.

<sup>9</sup> Segundo o relatório “Covid-19: Um Olhar para Gênero” do Fundo de População das Nações Unidas/UNFPA), 70% da força de trabalho ligada à área da saúde no mundo é feminina. No Brasil, os números são parecidos. O Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), indica que 65% dos seis milhões de profissionais do setor são do sexo feminino –em áreas como fonoaudiologia, nutrição e serviço social elas ultrapassam 90% de presença, e 80% em enfermagem e psicologia. Quando são levadas em consideração apenas as profissões de médico, agente comunitário, técnico de enfermagem e auxiliar de enfermagem, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) 2020 apontam que a força de trabalho feminina ocupa 78,9% dos postos. Fonte: [http://www.cofen.gov.br/mulheres-em-combate-6-lideres-brasileiras-na-linha-de-frente-da-crise-de-covid-19\\_81776.html](http://www.cofen.gov.br/mulheres-em-combate-6-lideres-brasileiras-na-linha-de-frente-da-crise-de-covid-19_81776.html)

<sup>10</sup> Espanha e Itália, países fortemente afetados pela transmissão do novo coronavírus, identificaram que 72% e 66% dos profissionais da saúde infectados são mulheres. Fonte: [http://www.cofen.gov.br/mulheres-em-combate-6-lideres-brasileiras-na-linha-de-frente-da-crise-de-covid-19\\_81776](http://www.cofen.gov.br/mulheres-em-combate-6-lideres-brasileiras-na-linha-de-frente-da-crise-de-covid-19_81776).

<sup>11</sup> Fonte: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/04/desempenho-recente-do-mercado-de-trabalho-e-perspectivas-para-o-ano/>

<sup>12</sup> Fonte: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.html>

desempregadas, segundo os dados da PNADC. A taxa de desemprego das mulheres negras e não negras cresceu 3,2 e 2,9 pontos percentuais, respectivamente, sendo que a das mulheres negras atingiu a alarmante taxa de **19,8%**.

Muitas trabalhadoras informais, empregadas domésticas, diaristas, feirantes, comerciantes, perderam seus empregos ou precisaram deixar seus postos de trabalho em decorrência da pandemia, tais como as ambulantes. Além daquelas que precisaram deixar os seus empregos para cuidar dos familiares e redes de apoio, também como consequência da pandemia.

Matéria do El País<sup>13</sup> (Fev/2021) traz, a partir de dados da CEPAL, que a pandemia fez as condições trabalhistas das mulheres recuarem uma década na América Latina. Segundo relatório da CEPAL<sup>14</sup>, estima-se que a taxa de atividade feminina nos postos de trabalho tenha ficado em 46% em 2020, seis pontos percentuais a menos que antes da crise do coronavírus. Ainda, adverte que as mais prejudicadas pelo impacto econômico da covid-19 foram as mulheres, por encontrarem-se, em maioria, nas profissões mais precarizadas e com maior risco de perda do emprego (comércio, hotelaria, indústria e serviço doméstico) e/ou possuir menos acesso a crédito para manter ou recuperar seus negócios. Os dados do relatório apontam que cerca de 56,9% do emprego das mulheres e 40,6% do emprego dos homens estão concentrados em setores de alto risco na América Latina. Dados do governo federal<sup>15</sup> sobre o Auxílio Emergencial reforçam essa realidade, quando aponta que 55% das pessoas beneficiadas foram mulheres.

As mulheres, mais diretamente as mulheres negras, sentiram o forte efeito da pandemia em suas ocupações - seja no trabalho formal, incluindo o doméstico, ou no trabalho informal – agravando a situação geral de pobreza e de exclusão social.

Segundo dados do IBGE, no último trimestre de 2020, as mulheres representavam menos de **45%** da força ativa de trabalho no Brasil. Antes da pandemia, a média superava os **50%**. Já a diferença na taxa de desemprego entre pessoas negras e o restante da população alcançou 5,45 pontos percentuais, o maior

---

<sup>13</sup> Fonte: <https://brasil.elpais.com/economia/2021-02-11/pandemia-faz-condicoes-trabalhistas-das-mulheres-recuarem-uma-decada-na-america-latina.html>

<sup>14</sup> Relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL/2021) – “A autonomia econômica das mulheres na recuperação sustentável e com igualdade”.

<sup>15</sup> Fonte: Agência Câmara de Notícias.

patamar desde 2012; sendo que grande parte da população negra está no mercado informal. Quando se verifica a combinação de raça e gênero, a situação fica ainda pior, demonstrando, mais uma vez, as consequências nefastas do racismo estrutural na vida das mulheres negras e povo negro, neste contexto de crise sanitária, econômica e social.

Voltando aos dados da CEPAL de 2021, sobre as mulheres latino-americanas na pandemia, cabe reforçar que eles advertem que as mais prejudicadas pelo impacto econômico da covid-19 foram as mulheres, por encontrarem-se, em sua maioria, nas profissões mais precarizadas e com maior risco de perda do emprego (comércio, hotelaria, indústria e serviço doméstico) e/ou possuir menos acesso a crédito para manter ou recuperar seus negócios. Os dados do relatório apontam que cerca de 56,9% do emprego das mulheres e 40,6% do emprego dos homens estão concentrados em setores de alto risco na América Latina. Dados do governo federal<sup>16</sup> sobre o Auxílio Emergencial reforçam essa realidade, quando aponta que 55% das pessoas beneficiadas foram mulheres.

No que diz respeito ao Auxílio Emergencial, muitas foram as discussões, idas e vindas, no sentido dessa política e seu impacto na vida das mulheres. Segundo a EBC - Empresa Brasil de Comunicação<sup>17</sup>, o auxílio emergencial, aprovado em abril de 2020 para atender pessoas vulneráveis afetadas pela pandemia da covid-19, foi pago em cinco parcelas de R\$ 600 ou R\$ 1,2 mil para mães chefes de família monoparental (mães-solo) e, depois, estendido até 31 de dezembro de 2020, em até quatro parcelas de R\$ 300 ou R\$ 600 cada.

Com o fim do auxílio emergencial de R\$ 600, as mulheres negras conformaram o segmento mais afetado pelo crescimento da miséria e da pobreza. Apenas a partir de abril de 2021 se iniciou uma nova rodada de pagamentos do auxílio, com parcelas de R\$ 150 a R\$ 375, dependendo do perfil da pessoa beneficiada. As famílias, em geral, recebem R\$ 250; a família monoparental, chefiada por uma mulher, recebe R\$ 375; e pessoas que moram sozinhas recebem R\$ 150. A redução do benefício e as alterações relacionadas aos processos de cadastro e quantidade de pessoas atendidas trouxe ainda mais incerteza e vulnerabilidade às mulheres mais pobres e negras do nosso país, aumentando a fome, a miséria e a falta de acesso aos bens essenciais da cesta básica do povo brasileiro.

---

<sup>16</sup> Fonte: Agência Câmara de Notícias.

<sup>17</sup> Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-07/governo-prorroga-auxilio-emergencial-por-mais-tres-meses>

Para as mulheres empregadas formalmente, a diferença salarial em relação aos homens foi reforçada em meio à crise sanitária, econômica e social. Em 2020, elas seguiram recebendo salários menores, mesmo quando ocupavam cargos de gerência ou direção - a hora paga para esses cargos, em média, foi de R\$ 32,35 para elas e de R\$ 45,83 para eles. No tocante aos rendimentos das mulheres negras neste mesmo ano, elas receberam, por hora trabalhada, em média, R\$ 10,95 e o homem negro R\$ 11,95. Entre os não negros, o rendimento era R\$ 18,15 para as mulheres e R\$ 20,79, para os homens.

Em relação às jornadas de trabalho remunerado, a pandemia também trouxe transformações consideráveis no seu cotidiano, com as atividades virtuais – o chamado trabalho remoto – trazendo uma sentida ampliação das cargas horárias por aquelas que o executam, mas também revelando as desigualdades do mundo do trabalho, onde as mulheres mais escolarizadas dos centros urbanos mantiveram seus empregos, ainda que tenham assumido sobrecargas que antes podiam ser terceirizadas, principalmente a outras mulheres, em sua maioria mulheres negras. Vemos as mulheres negras, ainda que neste contexto de trabalho assalariado, impostas, de forma recorrente e amplificada na pandemia, a maiores desigualdades. Em decorrência do racismo estrutural, recebem ainda menos do que as mulheres brancas, quando ocupando as mesmas funções.

**Em um país marcado pela superexploração, informalidade e vulnerabilidade social, a classificação de grupo de risco para a covid-19 nunca foi apenas uma determinação biológica, mas que possui raça, classe e gênero.**

A crise social atinge com maior intensidade as camadas mais oprimidas da classe trabalhadora — negros, mulheres, os mais jovens e LGBTQIA+s —, provocando um agravamento das já abissais desigualdades brasileiras e traz o aumento da violência racista, misógina e LGBTfóbica durante a pandemia, que se traduz na radicalização do genocídio da juventude negra nas periferias e favelas, na explosão dos feminicídios e dos assassinatos de LGBTQIA+s, em particular de transexuais, no período da crise sanitária.

Os dados da covid-19 sobre as principais vítimas do descaso do Estado, as pessoas negras, refletem a nossa realidade desigual e racista que, de todas as formas, vulnerabiliza e precariza ainda mais a população preta e periférica do nosso

país. Segundo um levantamento realizado pela CNN em 2020<sup>18</sup>, com base nos boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde, a população negra (somatório de pretos/as e pardos/as) representa 57% dos mortos pela Covid-19, enquanto os/as brancos/as representam 41%. As chances de uma pessoa negra morrer é 38% maior do que uma pessoa branca.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constantes do mesmo levantamento da CNN, a proporção dessas populações, é de 10 brancos/as para 13 pretos/as e pardos/as. No tocante aos dados sobre a recuperação da doença, as desigualdades permanecem. Basicamente, a chance de recuperação entre brancos é de 62% e entre negros de 45%.

As questões sociais influenciam diretamente nos riscos de contágio e na possibilidade de cuidados com a doença - é a população negra, que está no trabalho informal, enfrentando, com isso, a impossibilidade de se manter em isolamento social, precisando trabalhar para garantir o sustento de suas famílias. A pobreza, a violência, a falta de saneamento básico também são fatores que contribuem para estes riscos, vulnerabilizando, ainda mais, as condições de vida desta população.

A pandemia também tem refletido na saúde física e mental da população. Um estudo realizado pela Universidade do Canadá, na China, Itália, Peru, Espanha e Irã, mostrou que os efeitos do isolamento social, do contexto de incerteza, aumento de vulnerabilidades, o medo do contágio e todos os desafios impostos pela pandemia, têm aumentado os índices de depressão, insônia, transtornos por estresse pós-traumático e ansiedade<sup>19</sup>. Os dados de 2020 mostram que houve um aumento de 24% no número de pessoas que relataram sofrer com a insônia; 22% com estresse pós-traumático; 16% com depressão e 15% com ansiedade. Na medida em que estas problemáticas aumentaram, a Organização Mundial de Saúde (OMS), denunciou que os serviços de assistência à saúde mental diminuíram ou fecharam, em diversos países, piorando ainda mais o cenário e a assistência às pessoas que necessitam.

A população brasileira também vem sofrendo com os efeitos da pandemia, e o grave cenário de incertezas, aumento das vulnerabilidades sociais e a precarização das condições de vida, fatores que têm aumentado a ansiedade, a depressão e a

---

<sup>18</sup> Para saber mais, acesse: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/06/05/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil>.

<sup>19</sup> Para saber mais, acesse: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/sa%C3%BAde-mental-de-pessoas-negras-%C3%A9-afetada-pela-covid-19-e-merece-aten%C3%A7%C3%A3o-destaca-artigo-da>  
<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-12-24/estudo-confirma-impacto-da-pandemia-de-covid-19-sobre-a-saude-mental.html>.

insônia. Um estudo realizado pela FIOCRUZ em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais<sup>20</sup>, entrevistou 45.161 brasileiros/as entre abril e maio de 2020 e identificou que 04 em cada 10 participantes se sentiram frequentemente tristes ou deprimidos/as e 05 frequentemente ansiosos/as ou depressivos/as. A maioria das pessoas que apresentaram esses problemas foram adultos jovens, mulheres e pessoas com antecedentes de depressão. Entender as modificações que ocorreram na vida das pessoas relacionadas à pandemia de covid-19 é essencial para organizar ações para a redução do seu impacto nas condições objetivas, mas também emocionais e mentais da população.

No geral, a pandemia e as medidas adotadas para lidar com ela desencadearam no mundo uma queda na atividade econômica de 4,3%, em 2020 - a pior desde a Grande Depressão - e cinco vezes mais intensa do que a crise de 2008-2009. A situação tende a levar à pobreza extrema (menos de US\$1,9/dia de renda) outras 150 milhões de pessoas em 2021, segundo o Banco Mundial. Estes se juntarão aos 2,8 bilhões que já estão na pobreza, ou seja, 36% da população mundial.

Do ponto de vista econômico, o PIB brasileiro sofreu uma retração de 4,1% em 2020 — uma das maiores quedas anuais da história. Em 2021, segundo o Monitor do PIB da FGV - Fundação Getúlio Vargas, a economia brasileira registrou uma queda de 0,3% no segundo trimestre de 2021, em comparação ao período anterior. O resultado só não foi pior devido ao impacto do auxílio emergencial, que injetou mais de 300 bilhões de reais na economia. Porém, mesmo com o auxílio, houve aumento do desemprego, que atingiu nível recorde de 14,1% naquele ano e 14,6% no trimestre encerrado em maio de 2021 (IBGE). Isso representa, hoje, um contingente de 14,8 milhões de pessoas buscando por uma oportunidade no mercado de trabalho no país.

Soma-se a esse desemprego um aumento inflacionário que atinge principalmente os alimentos. Em um ano de pandemia, a alta nos preços dos alimentos ficou em 15%, o triplo da inflação oficial (dados do IBGE de março de 2021). O preço de itens básicos da alimentação foram os maiores, como o do óleo que teve alta de 87,7%, o do arroz de 69,8%, o da batata de 47,84%, das carnes de 29% e do leite 20,5%, impactando as vidas, principalmente, da população mais vulnerável – notadamente negra e pobre.

---

<sup>20</sup> Para saber mais, acesse: <https://pressreleases.scielo.org/blog/2020/12/02/impacto-da-pandemia-de-covid-19-sobre-a-saude-mental-da-populacao-brasileira/#.YGIFz69KjIU>

Como consequência, a pobreza e a extrema pobreza crescem a olhos vistos. De acordo com o Cadastro Único (dados de abril de 2021)<sup>21</sup>, cerca de 14,5 milhões de famílias estão em situação de extrema pobreza no Brasil, o número alcançado em abril é o maior de famílias na miséria desde o início dos registros disponíveis do Ministério da Cidadania - a partir de agosto de 2012 - e representa mais de 40 milhões de pessoas.

Diante desta realidade, a mobilização da solidariedade e do cuidado pelos movimentos tornou-se ainda mais imprescindível, urgente e indispensável à sustentação da vida.

Ainda que a conjuntura nos apresente um cenário difícil, em todas as esferas, e esses impactos negativos precisem ser denunciados e visibilizados, afirmando a postura política de negligência e falta de assistência por parte do Governo Federal e alguns estados. Cabe destacar que, no campo da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais e organizações, iniciativas e alternativas solidárias, cuidadosas e de resistências foram criadas, em sua maioria, mobilizadas, operadas ou coordenadas pelas mulheres.

Os diversos movimentos de mulheres e feministas que lutam por transformação social têm acúmulos, capacidades, articulação, redes e trânsitos imprescindíveis para enfrentar esta situação de emergência. Ao mobilizar ações que têm feito a diferença na vida de milhares de famílias ao redor do nosso país, levando alimentos, e também apoio, solidariedade, acolhimento, e fortalecimento individual e coletivo para as pessoas e suas comunidades.

Subvertendo a ordem de separação racista, entre a vida privada e a esfera pública - o pessoal e o político -, que separa brancos de negros, favela do asfalto, floresta e campo da cidade, a razão da emoção, os humanos do meio ambiente, tão apropriada à exploração capitalista e à sujeição das mulheres, vimos as mulheres e os movimentos feministas em luta fazendo multiplicar ações autogestionadas, de estratégias de sobrevivência e manutenção da vida em meio à crise.

Com cuidado coletivo e solidariedade, as ativistas ocuparam, em ação coletiva, os territórios onde vivem - os grupos familiares aos quais pertencem; as comunidades que integram (inclusive virtuais); os movimentos sociais que atuam, sejam do campo ou da cidade; os coletivos de mulheres e feministas que organizam e as organizações da sociedade civil a que participam.

---

<sup>21</sup> Fonte: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br>

## 06

# Mulheres em Movimento: Tecendo redes de solidariedade e cuidado

É com o espírito de fortalecer e visibilizar as iniciativas e ações realizadas por estes movimentos e setores da sociedade, quase sempre invisibilizados, mas que têm produzido desdobramentos relevantes para a organização das mulheres e sua consequente atuação política cotidiana em seus territórios, que traçamos um olhar sobre as **Mulheres em Movimento: Tecendo redes de solidariedade e cuidado**.

A partir do estudo **ELAS QUE LUTAM - As mulheres e a sustentação da vida na pandemia**, elaboramos um olhar sobre as iniciativas protagonizadas pelas mulheres nos movimentos sociais, organizações, grupos e coletivos, de forma a evidenciar as experiências de solidariedade e cuidado realizadas, seus propósitos, estratégias e desdobramentos. As iniciativas mapeadas pelo estudo trouxeram tanto similaridades quanto especificidades que nos ajudam a compreender o lugar destas sujeitas políticas, seus fazeres e saberes. Modos e experiências<sup>22</sup> que constroem vínculos e coletividades, como fortalezas necessárias ao período de resistência em que vivemos, mas, mais que isso, exercitam caminhos de transformação, inovadores e ancestrais, complexos e singulares.

**“As mulheres são como as águas crescem quando se juntam”.**<sup>23</sup>

O mapeamento nos possibilitou conhecer, de forma mais profunda, toda essa mobilização que as mulheres em seus movimentos vêm desenvolvendo ao longo da pandemia de Covid-19. E nos confirmou que SIM - são elas - as mulheres em movimento, que crescem quando se juntam, que sustentam e constroem alianças para assegurar a sobrevivência no cotidiano e esperar o Bem Viver, em suas

---

<sup>22</sup> Experiência é um neologismo referenciado pelo conceito de escrevivência da autora Conceição Evaristo. Como escrevivência foca na autoria das narrativas, trazemos o experienciar com o foco nas experiências e vivências das mulheres em ação.

<sup>23</sup> Esta frase foi dita em um encontro do movimento de mulheres, na cidade de Altamira, em 2018.

comunidades e territórios. Para que possamos conhecer mais sobre as ações, nos encantar, inspirar e esperar, traremos um resumo das iniciativas mapeadas, bem como das lideranças que estiveram à frente destas ações.

O mapeamento, que é um recorte da multiplicidade das ações em movimento que crescem e se espalham pelo Brasil, prezou pela diversidade territorial e de pautas políticas, buscando acessar ações de diferentes abrangências - nacional, estadual, municipal e local/comunitária - de incidência política - desde articulações e organizações nacionais, como coletivos e grupos locais, que constroem a luta em seus bairros. É um retrato da diversidade política das múltiplas e singulares lutas das mulheres, seja no campo, na cidade, nos quilombos, nos territórios indígenas, nas periferias. Diversidade que compartilha propósitos comuns, anticapitalistas, feministas, antirracistas, anticapacitistas, antiLGBTQIA+fóbicos e pelo Bem Viver.

### **Quem faz a solidariedade circular?**

#### ***O perfil das mulheres em movimento***

Ao total, foram mapeadas **50** iniciativas. O Perfil das Mulheres foi traçado a partir das categorias: **estado; faixa etária; raça e etnia; orientação sexual; religiosidade; escolaridade; estado civil; ocupação; posição no grupo, coletivo, movimento ou organização e; identidade de gênero**. Todas estas perguntas foram de múltipla escolha.

Com o Mapeamento das Ações, identificamos iniciativas desenvolvidas em **15** estados do país, sendo eles: **Pernambuco, Bahia, Amapá, Amazonas, Rio Grande do Sul, Paraíba, São Paulo, Distrito Federal, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Tocantins, Pará, Mato Grosso do Sul e Paraná**

Os dados de Perfil das Mulheres que estiveram à frente das ações, nos apontam que há entre elas uma predominância de mulheres negras. Das 50 participantes do estudo, 30 são mulheres negras, 18 se declararam brancas e 01 indígena. A faixa etária da maioria delas (31) é de 31 a 50 anos e, no que se refere às suas identidades de gênero, todas as que responderam o questionário se identificam como mulheres cisgêneras.

É importante destacar que que o Perfil destas **mulheres representa o universo de entrevistadas que responderam ao formulário, e não a totalidade das mulheres que estiveram envolvidas nas iniciativas**.

**Cisgeneridade:** indivíduo que se identifica com o gênero atribuído no seu nascimento.

**Transgeneridade:** pessoa que não se identifica com o gênero atribuído no seu nascimento.

**Mulher cis:** Pessoa nascida com sexo biológico feminino e que se identifica como mulher.

**Mulher trans:** Pessoa nascida com o sexo biológico masculino e que se identifica como mulher.

Outro ponto que cabe destacar é em relação a identidade de gênero das mulheres que responderam ao formulário, nenhuma das respondentes afirmou ser mulher trans. Isso não significa que as mulheres trans, travestis e pessoas não-binárias não estejam inseridas como sujeitas das iniciativas, mas não foram aquelas que responderam aos questionários. Em relação à orientação sexual e condição afetiva, as lideranças mapeadas são, majoritariamente, heterossexuais (32) e solteiras (26). No tocante à religiosidade, a maioria afirmou não possuir religião (22) e, daquelas que apontaram ter, a predominância é de religiões de matriz africana (11).

No tocante ao grau de instrução, identificamos um alto grau de escolaridade entre as que responderam os questionários, não limitando a estas o perfil das lideranças que protagonizaram as iniciativas nos territórios. As que responderam a pesquisa foram, em maioria, mulheres com graduação completa e/ou pós-graduação, sendo, estas últimas, 24 dentre as 49 participantes da pesquisa. Dentre as posições que ocupam nas organizações, movimentos, grupos ou coletivos, a maioria das respostas (23) foram das que estão em posição de direção. As demais responderam ser ativistas (16), voluntárias (02), mobilizadoras (06), líderes comunitárias (02) e (01) educadora.

Diante da diversidade de mulheres que responderam ao formulário, reafirmamos o que a experiência já nos sinalizava - são as mulheres negras as protagonistas das ações nos territórios. Sejam de movimentos mistos ou só de mulheres, são elas que têm, principalmente, feito circular a solidariedade e o cuidado em todo o Brasil.

**Importante reafirmar que este perfil é apenas um recorte do universo que podemos alcançar com este estudo preliminar, e que há uma diversidade de mulheres desenvolvendo ações, sobretudo as mulheres negras e periféricas, que sustentam estas iniciativas em cada canto do país.**

## O retrato das organizações

### *Solidariedade e Cuidado em movimento*

#### **Grupos, coletivos, movimentos e organizações mapeadas:**

**Amapá:** Articulação de Mulheres do Amapá

**Amazonas:** Associação das Crioulas do Quilombo Urbano do Barraco de São Benedito; Articulação de Mulheres do Amazonas; Fórum Permanente das Mulheres de Manaus (FPMM)

**Bahia:** GAPA/BA - Grupo de Apoio à Prevenção a AIDS, RENFA – Pela Bahia e Pela Articulação Nacional (2), ODARA-Instituto da Mulher Negra, Coletivo de Mulheres do Calafate

**Distrito Federal:** RENFA-DF, AMB Candanga, Aroeira, CFEMEA

**Espírito Santo:** Fórum de Mulheres do Espírito Santo (FOMES)

**Mato Grosso do Sul:** Marcha Mundial de Mulheres (MMM)

**Minas Gerais:** RENFA-MG, Assessoria Popular Maria Felipa, Grupo de Amigos e Familiares de pessoas em privação de liberdade

**Pernambuco:** GRIS-Espaço solidário, Centro Comunitário Mário Andrade, RENFA-PE, Associação de Pescadores e Pescadoras de Tejucupapo, SOS Corpo, Associação das MPPSL, Movimento de Pescadores e Pescadoras/ Articulação Nacional de Pescadoras (MPP/ANP), Fórum de Mulheres de Pernambuco, Grupo Curumim Gestação e Parto e Rede de Mulheres Negras de Pernambuco

**Rio de Janeiro:** Casa da Mulher Trabalhadora (CAMTRA), AMB-RJ, CRIOLA, Movimento Moleque, Grupo de Mulheres Yepondá,

**Rio Grande do Norte:** Coletivo Feminista Autônomo Leila Diniz

**Rio Grande do Sul:** Coletivo Feminista Hellen Keller de Mulheres com Deficiência

**São Paulo:** RENFA-SP, Promotoras Legais Populares (PLPs), Casa Laudelina de Campos Mello - Organização da Mulher Negra, Ilè Àse Omo Obá T'Oyo, Coletivo Raízes do Baobá Negras e Negros, AMB-SP

**Tocantins:** Coletivo de Mulheres Negras e Populares do Porto Nacional - AMB/Articulação Alegbara

**Nacional:** MST, MMC, AMB, Tecelãs do Cuidado, FENATRAD

O mapeamento nos mostrou a diversidade nos tipos e arranjos organizacionais dos grupos, coletivos e movimentos que têm mobilizado as ações de solidariedade e cuidado em tempos de pandemia. **Das 50 organizações, 12 são grupos, 14 Organizações da Sociedade Civil (OSC), 16 são identificadas como movimentos sociais e 08 estão em articulações, redes e fóruns.**

Outro dado relevante é a abrangência de atuação das iniciativas espalhadas pelo país, presentes em estados, bairros, cidades e também em nível nacional. Tendo predominância das ações em nível estadual (15) e nacional (18), a abrangência das iniciativas nos aponta para a capacidade de articulação e incidência política destes grupos e demonstra, ainda, a amplitude deste alcance. Pontuamos que a circunscrição da iniciativa não mensura seu nível de importância para os territórios, pois todas elas impactaram positivamente, de maneira direta ou indireta, na vida das pessoas contempladas por elas.

Em sua maioria, as organizações mapeadas são compostas apenas por mulheres (38), sendo apenas 15 organizações ou movimentos mistos, compostos de homens e mulheres.

Destacamos, ainda, uma diversidade nas principais pautas e bandeiras de luta dos movimentos. Dentre as opções assinaladas no questionário, os temas feminismo e os direitos das mulheres (40); a luta antirracista e direitos de negros, negras e negres (31) e; os direitos humanos (21) foram os mais recorrentes no estudo, sendo que parte considerável das lideranças assinalaram estas três pautas como as principais bandeiras de luta de seus grupos, coletivos e movimentos. Também foram assinaladas outras temáticas relevantes, tais como: direitos LGBTQIA+, luta por moradia, por terra, luta junto a pessoas em situação de rua e antiproibicionista, direitos de pescadoras e marisqueiras, de crianças e adolescentes, dentre outras.

No que se refere às diferentes modalidades das iniciativas desenvolvidas, podemos destacar as três principais: (43) distribuição de cestas básicas; (41) distribuição de kits de higiene pessoal, máscaras, botijões de gás, remédios, roupas, acessórios etc. e; (40) ações de conscientização e informativas, como campanhas, lives e facilitação de acesso à comunicação digital. Boa parte das organizações desenvolveu mais de uma ação e, muitas delas, realizaram as duas mais recorrentes - distribuição de cestas básicas e kits de higiene pessoal. Em praticamente todas as ações, houve a distribuição de alimentos, demonstrando a importância de garantir o

sustento daquelas pessoas em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica no país.

Outras iniciativas importantes também foram realizadas pelas organizações e movimentos, como: ações de prevenção e atendimento em saúde (21); atividades de escuta, autocuidado e acolhimento (06) - como formação, condução, facilitação online de processos coletivos e individuais para o autocuidado e o cuidado entre ativistas; rodas de autocuidado e cuidado entre mulheres ativistas; sessões em grupo para a redução de estresse e o alívio de tensões e ligações para monitorar e acolher mulheres em isolamento social e vítimas de violência doméstica; iniciativas de articulação e incidência política (07), como o fortalecimento de lideranças locais, e ações de apoio ao acesso a direitos e insumos relacionados à manutenção da renda/auxílio emergencial (07).

Estes dados revelam que, o agravamento das condições de desigualdade em meio à pandemia - como a fome, a pobreza, o desemprego e o aumento da vulnerabilidade de certos grupos sociais (mulheres negras, crianças e adolescentes, pessoas idosas, LGBTQIA+ etc.) -, fez com que grupos, coletivos e movimentos redirecionassem suas estratégias e ações políticas para o atendimento às demandas mais urgentes, de sobrevivência e apoio imediato a seus públicos.

Mesmo que ações desta natureza - de distribuição de cestas e kits de higiene pessoal, por exemplo - não façam parte das ações usualmente desenvolvidas por estes grupos, elas tornaram-se centrais diante do contexto de pandemia e emergência da vida. Para além do atendimento a demandas materiais, outras, do campo da saúde mental, do acolhimento, da proteção e do cuidado individual e coletivo, que não necessariamente faziam parte do cotidiano de ações das organizações e movimentos, foram igualmente fundamentais.

As experiências mapeadas, com iniciativas tão necessárias, diversas e ricas, tiveram **mais de 800 mulheres envolvidas e alcançaram cerca de 50 mil pessoas**, entre março e dezembro de 2020. Das 50 organizações, 42 já desenvolviam iniciativas semelhantes antes da pandemia. Sabemos que estes números são maiores, tendo em vista que a situação de crise sanitária permanece e, conseqüentemente, muitas dessas ações continuam sendo realizadas, ainda hoje. Como os dados do estudo foram coletados até março de 2021, esses números só fazem crescer. Ações nacionais, de grupos como MST, MMC, AMB e RENFA, não apresentaram dados exatos do número de pessoas alcançadas em suas ações e,

como, muitas vezes, as iniciativas se entrecruzam e/ou são construídas em parceria entre os movimentos e organizações, a contabilização torna-se ainda mais difícil.

### **Solidariedade como ato político**

Diante do que foi analisado, podemos perceber que as iniciativas desenvolvidas durante a pandemia vêm se sustentando em um **tripé político** importante - **a articulação entre solidariedade, cuidado e incidência política**.

Esse tripé é o que diferencia as ações mapeadas pelo estudo daquelas de cunho assistencialista, muitas vezes impulsionadas por igrejas, empresas e o Estado (prefeituras e governos), que fortalecem uma prática com base na caridade e dependência, em detrimento da autonomia das pessoas. Cabe destacar que esse conceito de “**Assistencialismo**” não deve ser confundido com o de “**Assistência Social**”, que deve ser defendido como direito do povo e dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social.

“E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, este poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos. Por isto é que **o poder dos opressores, quando se pretende amenizar ante a debilidade dos oprimidos, não apenas quase sempre se expressa em falsa generosidade, como jamais a ultrapassa.**

Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria. Daí o desespero desta “generosidade” diante de qualquer ameaça, embora tênue, à sua fonte. Não pode jamais entender esta “generosidade” que a verdadeira generosidade está em lutar para que desapareçam as razões que alimentam o falso amor. A falsa caridade, da qual decorre a mão estendida do “demitido da vida”, medroso e inseguro, esmagado e vencido. Mão estendida e trêmula dos esfarrapados do mundo, dos “condenados da terra”.

A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, estas mãos, sejam de homens ou de povos, se estendam menos, em gestos de súplica. Súplica de humildes a poderosos. E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo. Este ensinamento e este aprendizado têm de partir, porém, dos “condenados da terra”, dos oprimidos, dos esfarrapados do mundo e dos que com eles realmente se solidarizem. Lutando pela restauração de sua humanidade estarão, sejam homens ou povos, tentando a restauração da generosidade verdadeira.

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? **Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela.** Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida.

Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (1987)

São os dados do mapeamento e também das entrevistas, que nos apontam para o sentido articulado deste tripé, que sustenta não só as iniciativas do presente, mas são o fio condutor das ações políticas permanentes dos movimentos sociais aqui retratados.

Refere-se a um conceito ampliado e integral de solidariedade que dialoga com o cuidado coletivo. Sim, para estes movimentos, estes dois conceitos estão interligados e não tem como ser de outra forma, pois partem dos princípios que os mobilizam politicamente.

O cuidado aqui demonstrado se caracteriza de múltiplas formas. Pela atenção à necessidade das pessoas, ao que desejam e necessitam, em momentos de dificuldade e incertezas; com o que vão comer, onde estão morando; como garantir o acesso à saúde e ao básico para ter dignidade (abrigo, alimentação, segurança etc.) e; pelo acolhimento, apoio mútuo e solidariedade com uma escuta cuidadosa. Dimensões em que individual e coletivo se articulam e dão sentido a estas ações, que

buscam também fortalecer as mulheres e demais sujeitos, em sua autonomia e potência transformadora, de si e das suas realidades.

É um cuidado, uma solidariedade que, por exemplo, diante de um recurso limitado para garantir as doações necessárias à ajuda humanitária, se preocupa em telefonar para as companheiras de movimento que serão contempladas, para saber o que, naquele momento, é o mais urgente. Nas palavras da companheira da RMN e FMPE:

***“A solidariedade como ato político e não como assistencialismo, a solidariedade de manter as pessoas vivas, participando, militando, e se sentirem importantes nesse processo de se sentirem empoderadas sobre a luta. Isso pra gente é o que significa solidariedade. De você trazer as pessoas para construir junto. É uma solidariedade ativa, onde as pessoas participam do processo. A gente não decide se vai dar cesta ou vai dar remédio, quando a gente não tem recurso pra dar as duas coisas. Quando a gente faz a ligação para as companheiras, a gente diz: ‘companheira, a situação do FMPE é essa, a gente tem isso. O que, nesse momento tão crítico, você realmente precisa que a gente apoie? A cesta de alimentos, a compra dos seus remédios ou material de limpeza? É como um processo de construção juntas. Não é uma solidariedade que eu decido e faço”.*** (RMN/FMPE)

Esta é uma das práticas relatadas nas entrevistas, que ilustram o que podemos chamar de uma **solidariedade ativa**, de trazer as pessoas para junto, para construir e decidir, coletivamente, os rumos das ações, o que doar e a quem atender. Sendo parte deste princípio, estar atenta às necessidades das pessoas, enxergando-as como indivíduos integrais em seus direitos e necessidades.

É se ater às necessidades relacionadas à garantia de comida na mesa das mulheres e suas famílias, mas também lembrar de comprar créditos de celular para que as companheiras possam participar das reuniões, para que possam se comunicar em caso de necessidade, de uma situação de violência doméstica, por exemplo. Garantir o direito de acesso à comunicação, em um período em que estamos todas isoladas, sem poder participar de espaços políticos presenciais, e dependentes da virtualidade para nos mantermos juntas, tornou-se uma prioridade. Isso tem sido fundamental para todas poderem participar das deliberações e construções políticas das organizações e também para que se dê a partilha de afetos e cuidado entre as companheiras.

Como parte da solidariedade e do cuidado, vários relatos trouxeram a **escuta ativa** como uma das estratégias de suas ações, onde ligar para as outras mulheres para saber como cada uma está, por exemplo, tem fortalecido a saúde mental e garantido o acolhimento.

O apoio emocional - diante de tantas dores, sofrimentos, adoecimentos físicos e psicológicos das mulheres em suas comunidades - é uma das questões marcantes nas ações desenvolvidas. Ações que buscam manter as mulheres acolhidas, protegidas, com a construção e consolidação de vínculos, mesmo diante do isolamento social, seja por meio das ligações telefônicas, das formações *online*, dos grupos de *Whatsaap* e/ou das rodas de autocuidado e cuidado coletivo entre mulheres. Estratégias políticas para manter o sentimento de pertencimento, de não estar sozinha, de não se sentir abandonada, em meio a esse mar de incertezas, violações, fome e desesperança. A solidariedade e o cuidado em sua dimensão subjetiva, acolhendo os sentimentos, as angústias, como uma forma resiliente e resistente de superar cada dia desta longa pandemia em que nos encontramos.

Essa dimensão também se revela na preocupação em doar alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, como parte deste diálogo - prático e conceitual - entre solidariedade e cuidado, a partir de uma lógica de repartição, de coletivizar o que se tem para que todas possam sustentar a si e as suas famílias. ***“É doar o que eu também coloco na minha mesa, para a minha família. Não é doar o que eu não quero, mas o que é parte do que eu consumo”***, como apontou a companheira do MMC. Cuidando da outra, do outro como a si mesmo, construindo, através da alimentação e da entrega das cestas básicas, vínculos, afetos e esperança.

A solidariedade, nas ações mapeadas, foi praticada também no contexto da incidência política, como por exemplo, para garantir o acesso à água às comunidades periféricas das grandes cidades, vide a necessidade de cuidado com a higiene no combate ao vírus da covid-19, e na busca de renda e autonomia financeira das mulheres em meio à pandemia.

Nesse sentido, é importante destacar o Fórum Popular de Mulheres de Manaus (FPMM), que atravessou e tem atravessado dificuldades das mais diversas nesse período, para além do constante ataque às mulheres por parte de grileiros, garimpeiros e madeireiros locais. Dificuldades essas, como o avanço das mortes no município entre o final de 2020 e começo de 2021, que chegou a vitimar 06 companheiras mulheres ativistas em um único dia, deixando a sensação de

impotência nas ativistas do movimento; como a falta de oxigênio e o colapso na saúde no início de 2021, e mais recentemente, no primeiro trimestre de 2021, com a situação da crise originada pelas enchentes, que fizeram com que muitas famílias ficassem dentro d'água e perdessem tudo, sem condições mínimas de moradia e de sustentação da vida.

A companheira do FPMM entrevistada não apenas apresentou a dura realidade do conjunto do estado do Amazonas, onde as mulheres dos povos indígenas e populações periféricas têm sofrido mais fortemente os impactos da pandemia, com ampliação da violência e da fome, como da situação da capital, onde a demanda de ajuda humanitária e de apoio às mulheres dobrou.

*“O fórum, composto por mais de 30 entidades, juntou sua coordenação no zap para, unidas, buscar construir estratégias e encontrar parcerias para o apoio às mulheres, já que a realidade é de descaso do governo e não temos caixa nem recursos”. (FPMM)*

Segundo a companheira, diante da difícil realidade vivida por elas e do grave descaso e falta de assistência do governo estadual, o Fórum passou a ser mais procurado que o próprio governo. As mulheres de dentro das comunidades passaram a se dividir, se articular e se apoiar, como forma de sobreviver à crise.

Importante destacar que, nesse contexto de precariedade e de falta de tudo, as lideranças também precisam de apoio e comida, passam por situações de violência. “Quem é mais pobre tenta ajudar, mas é muito difícil, pois não tem mais nada”. Dessa forma, elas se cuidam para salvar vidas, com solidariedade, recursos, carinho, afeto, palestras, diálogo, conversa e aproximação.

Nesse sentido, para a companheira do FPMM, a luta por sobrevivência também é a luta pela autonomia econômica. *“Quando se leva uma cesta básica para uma família, você precisa ajudar a ter autonomia financeira. A cesta não basta”*. E exemplifica, por exemplo, que buscaram parceria com o SEBRAE para que agricultoras e artesãs construíssem alternativas para vender seus produtos na internet e com o CETAM - Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, para cursos de qualificação profissional.

Ainda no contexto da incidência, a experiência da AMB-RJ, na assistência para as mulheres acessarem o auxílio emergencial, foi marcada pelo apoio em relação ao acesso ao benefício.

*“Uma coisa bacana da AMB do Rio de Janeiro, logo que começou a pandemia, e com a possibilidade de chegar mais junto, foi a possibilidade de facilitar o acesso ao benefício disponibilizado pelo Governo Federal. A dificuldade que as mulheres já tinham para tudo, ainda teve a dificuldade com o auxílio emergencial, também sem dinheiro para internet. A gente conseguiu montar, com uma das companheiras que é advogada, uma assessoria para quem precisasse de ajuda para acessar o auxílio. Eram muitas mulheres e uma informava para a outra, para apoiar mais mulheres. Isso foi muito marcante, no momento em que muitas mulheres estavam precisando de ajuda. Solidariedade feminista. Era o mínimo diante de um mundo de problemas, mas conseguimos chegar junto de muitas mulheres. **‘Quem tem amigas, tem abrigo!’**”*  
(AMB)

Para além da incidência política, as ações de solidariedade também tiveram um olhar relevante sobre quem deveria ser priorizada no recebimento das doações. Essa priorização partiu, via de regra, de uma perspectiva interseccional e contextualizada, ainda que de maneira intuitiva e/ou trazida pela práxis das ações impulsionadas pelo movimento social, de mulheres, feminista e antirracista.

O conceito de **interseccionalidade** pressupõe a urgência em considerarmos as violações sofridas pelas mulheres, por meio de uma encruzilhada<sup>24</sup>, na qual o patriarcado, o racismo, o classismo, a LGBTQIA+fobia e tantas outras vulnerabilidades, não se sobrepõem, mas conformam a multiplicidade das vulnerabilidades e opressões vividas pelas mulheres, em sua diversidade. A interseccionalidade também nos mostra que esta diversidade faz com que as mulheres sejam atingidas por todas estas violações, de formas distintas, sendo mais ou menos impactadas, a partir de sua cor, território, classe, identidade de gênero, situação de vulnerabilidade e etc.

As iniciativas mapeadas no estudo, partem, portanto, desta práxis, que, para além de um pressuposto, tornou-se um comprometimento ético e político dos movimentos feministas e de mulheres. Compromisso que traz, para o seio de suas

---

<sup>24</sup> Termo utilizado por Carla Akotirene em seu livro: “Interseccionalidade” de 2018.

ações, a urgência dessas intersecções, que não apenas nos diferenciam, mas apontam, de modo mais aprofundado, para a compreensão das desigualdades. Dessa forma, fica evidente o porquê da priorização, nas iniciativas, de públicos como a população negra, mulheres em situação de violência doméstica, mulheres trans e travestis, egressas do sistema prisional ou em liberdade provisória, pessoas em situação de rua e sem teto etc. Fica nítido o caminho traçado para que as ações alcancem as sujeitas mais vulneráveis nesta pandemia.

### **Nota sobre a perspectiva interseccional do estudo!**

Para a ampliação e consolidação de qualquer que seja o conhecimento sobre as mulheres, relações de gênero e feminismo, como esse estudo, é fundamental uma reflexão sobre o racismo e o patriarcado enquanto racionalidades do sistema capitalista, que constituem ações conscientes e inconscientes no seu processo de constituição e sustentação, ao longo do tempo, também no Brasil.

Em suas dimensões que permeiam a economia, a política e as subjetividades, o racismo estrutural se entrelaça ao patriarcado na constituição e perpetuação das desigualdades e, dessa forma, é preciso utilizar tais conceitos para dialogar sobre os distintos caminhos traçados pela luta feminista e antirracista.

Segundo Lima (2013), o padrão heteronormativo e “vertical-global” (Hall, 2009) vigente na sociedade ocidental, vem sendo questionado por novas e jovens lideranças, movimentos e organizações feministas e negras, dentro e fora dos partidos políticos. Um emergir na sociedade civil que tem trazido luz e esperança ao futuro desses movimentos, na tentativa de uma desconstrução e alargamento de conceitos que tentam engessar ou classificar as identificações que temos de nós ou que direcionamos aos outros. Reconhecer as trajetórias das mulheres pelo feminismo e pela luta antirracista como componentes essenciais no percurso dos avanços relacionados ao protagonismo das mulheres negras no Brasil é componente importante para que o “virar a chave” da participação vá além da instrumentalização, pelos detentores do poder, dos debates de gênero e raça.

Que essa guinada ultrapasse a superfície do que é visto como empoderamento e representação do ser mulher negra e alcance o que há de subversão e insurgência,

ao deslocar essa categoria do seu lugar de submissão, subjugo e invisibilidade, em uma mudança de paradigma, não apenas simbólico e identitário, mas de conteúdo contra hegemônico e perspectiva decolonial.

Como nos apontou a companheira da Rede de Mulheres Negras e Fórum de Mulheres de Pernambuco: **“a sobrevivência é um ato político”**. Fazer com que o povo preto e as mulheres negras sobrevivam diante da política de morte instaurada há séculos e potencializada por um governo genocida em nosso país, é um ato de resistência política e solidariedade. Ainda neste sentido, da solidariedade como ato político, de resistência, de luta pela autonomia, sobrevivência das pessoas e pela transformação social, como partes de um mesmo processo, a companheira do MST em sua entrevista, aponta que:

*“Solidarizar-se é doar-se; dividir o que você tem com o outro. (...) É o que as ações que os movimentos vêm fazendo, de forma coletiva, junto a outros movimentos, **elas não querem só te dar, elas querem que você entenda porque você não tem as condições de ter o arroz todo dia, a água encanada; é algo que a gente constrói junto às famílias; não é só distribuir os alimentos.** Se você chega em um lugar e vê que tem como produzir alimentos, você ajuda. **Transformar as pessoas em condutores das suas próprias vidas.** Falamos da plantação que podemos fazer no quintal de casa; o panfleto que a gente leva sobre a violência... Cuidado e solidariedade juntos para transformar. Autonomia das pessoas, nunca falo só do MST, porque estamos juntos com outros movimentos”.* (MST)

O mapeamento e as entrevistas nos permitiram acessar e compreender a riqueza e diversidade das ações, que têm como objetivo, levar alimentos, informação, kits de higiene pessoal, como forma de enfrentar a fome e a morte e também fortalecer a luta política coletiva nos territórios, garantir a cidadania, a integridade e autonomia das pessoas. Objetivos que dialogam com ideais de transformação social, de uma luta feminista, antirracista, anticapitalista, anticapacitista e antiLGBTQIA+fóbica. Relacionam-se aos nossos desejos coletivos e individuais para uma realidade transformada, igualitária e inclusiva.

**"Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer."  
(Conceição Evaristo)**

Como vimos no tópico anterior, as mulheres em movimento são como as águas, que crescem quando se juntam... Só que esse crescimento e protagonismo, normalmente, não são bem vistos pelos donos do poder. Diversos municípios onde as iniciativas foram realizadas possuem uma cultura local com características e histórico de hostilidade às mulheres, a negros, negras e negres, aos povos indígenas e quilombolas, aos movimentos sociais, ao povo mais pobre, às religiões de matriz africana, às LGBTQIA+ etc.

Jaú (SP), onde se localiza o Ilê Asé Omo Obá T'Oyo, é visto pelas mulheres como local tradicionalista, racista, machista e homofóbico, onde a violência política se expressa no cotidiano:

*“As mulheres negras, principalmente de terreiros, passam por perrengues maiores e por situações de violência cotidiana, com pedradas, tiros, cartas pedindo sua expulsão... Criamos o ‘Coletivo Raízes do Baobá’, em 2015, para fortalecer as mulheres negras locais. Foi o espaço político de aglutinação”. (Ilê Asé Omo Obá T'Oyo)*

Já em Dourados (MS), de onde partiram as ações de distribuição de sementes crioulas e alimentos saudáveis, a companheira da Marcha Mundial de Mulheres declarou que o cotidiano é de preconceito e ataques aos povos indígenas; populações periféricas, camponesas e camponeses. Afirma que a política do governo do Mato Grosso do Sul, tradicionalmente conservador, é de descaso com sua população. A campanha criada por elas (Vaquinha virtual) visava: *“apoiar as diferentes mulheres em situação de vulnerabilidade local, em uma ajuda que estimula a escuta e os vínculos, as redes de apoio para além da emergência. Resistência em rede, coletiva”*. Segundo ela, foi importante também ver o que é melhor para as mulheres, o que elas precisam no momento. Como: *“os territórios perderam suas casas de reza, que eram importantes para as mulheres de Dourados”*, por exemplo, colocaram como responsabilidade da MMM exercitar a empatia, a solidariedade, se colocar no lugar da outra, a fim de fortalecer os vínculos, a construção coletiva, estimular a autonomia das mulheres e minimizar o sofrimento.

Em um contexto de emergência sanitária, em meio às crises política, econômica e ecossocial já existentes no Brasil, a partir de 2020, a vida da maioria do povo só fez piorar. O saldo decorrente de um histórico de frágil e inacabada democracia, além de falta de políticas sociais para a maioria do seu povo e de, historicamente, uma política de genocídio e, mais recentemente, de negacionismo e ultraneoliberalismo, implementada no país pelo Governo Federal, foi: a ampliação das já gritantes desigualdades, a volta do Brasil ao mapa da fome, o aumento do desemprego, o desrespeito às populações originárias e tradicionais, a venda indiscriminada do patrimônio nacional, a aprovação de contrarreformas e legislações antipovo e ecocidas, e, junto a tudo isso, as centenas de milhares de mortes evitáveis por covid-19. Esse saldo, se é que podemos chamar assim, demonstrou as fragilidades já existentes no Estado brasileiro e o longo caminho que precisamos percorrer para que sejamos um país de direitos e não de privilégios.

A violência praticada contra camponeses e camponesas também cresceu muito neste período, somado a uma política estratégica e midiática de criminalização desses movimentos sociais. A companheira do MST, quando perguntada sobre os pontos negativos das ações de solidariedade, nos contou a respeito do que ela aponta como “**despejos ideológicos**”:

*“O negativo sempre vai ser esse governo, de sempre avançar contra todos esses processos; os despejos nas nossas áreas, que são **despejos ideológicos**; destroem tudo, destroem as nossas lavouras, nossas escolas. E isso, por um lado, tem mostrado que nós estamos no caminho certo para uma sociedade diferente e mostrar que esse sistema não tem mais condições de continuar”. (MST)*

São ações que visam não só, o que já é muito grave, despejar as pessoas de suas casas de maneira violenta e arbitrária, mas destruir um projeto político de sociedade, ao queimar as lavouras da agricultura familiar e suas escolas populares. Os despejos ideológicos, como trouxe a companheira, nos sinalizam para esta reação violenta do Estado contra camponeses, camponesas e trabalhadoras rurais sem-terra, que travam essa luta histórica pela Reforma Agrária, pelo direito ao uso da terra para produzir alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos e em defesa dos campos e florestas.

O Estado vem, ao longo de sua história, e, mais recentemente, com a política do atual governo genocida, fortalecendo o agronegócio e todas as práticas que visam

expulsar os povos do campo e das florestas de seus territórios. O aumento do número de queimadas, desde janeiro de 2019, e de ataques aos povos indígenas demonstram esta política de morte. Assim como a liberação, em 2021, de mais de 205 novos agrotóxicos, totalizando 1.165, desde 1º de janeiro de 2019. Uma política de morte que, quando não mata, não permite viver de forma plena e saudável, envenenando alimentos, retirando o direito de acesso à água e submetendo as pessoas a uma vida sem cidadania nem dignidade.

As lideranças da Rede de Mulheres Negras e do Fórum de Mulheres de Pernambuco também apontam um elemento bastante relevante para analisarmos o papel do Estado, no que se refere ao acesso a direitos da maioria da população brasileira.

*“Nas periferias, o poder público é extremamente ausente, mas extremamente presente na violação de direitos. (...) Nos diálogos com as mulheres, a grande questão colocada é a água, a água como o grande instrumento de prevenção à pandemia, e não tem água nos territórios nem para as pessoas lavarem as mãos”. (RMN/FMPE)*

Segundo a RMN e o FMPE, portanto, suas iniciativas têm como objetivo fazer com que as pessoas continuem vivas. É pensar a solidariedade nessa perspectiva do enfrentamento e da sobrevivência da população, especificamente das mulheres e suas crianças.

*“A questão da água mesmo é uma luta do FMPE, que veio a partir da escuta às mulheres no território, porque a água é um bem comum que tem sido utilizado para ganhar dinheiro. Na hora que a gente faz esse diálogo, a gente consegue levantar essas questões e as questões que dificultam a vida dessas mulheres, e traz pra dentro do debate do FMPE”. (RMN/FMPE)*

O sucateamento dos serviços públicos como um todo, já vivenciado antes da pandemia, mostrou suas consequências de forma mais crua depois da Covid-19.

*“Muitos postos de saúde, como lugar de cuidar das pessoas, foram fechados durante a pandemia. As pessoas tiveram que ir para os hospitais, com risco de pegar o vírus, para resolver um problema que poderia ser solucionado no posto”. (RMN/FMPE)*

O SOS Corpo, que compõe o CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social de Recife/PE e a Rede de Solidariedade do Fórum de Mulheres de Pernambuco, a partir de um trabalho de levantamento sobre o funcionamento dos serviços de assistência, perguntou ao poder público municipal, por exemplo, se este estava dando apoio e assistência às pessoas. Nesse levantamento, de 2020/2021, viu-se que a população em situação de rua foi das mais afetadas, com a falta de oferecimento de cestas básicas pelos órgãos, já que os restaurantes populares estavam fechados. Houve ainda dificuldade em falar com os CRAS e CREAS, porque não havia retorno por parte destes serviços.

*“A população ficou ao Deus dará, sem apoio do município. Os serviços não funcionaram; o auxílio funerário que o CRAS oferece não funcionou na pandemia. As pessoas perderam seus entes e, muitas vezes, não tinham nem como enterrar, precisavam se virar...” (SOS Corpo)*

Ainda que os exemplos apresentados até aqui demonstrem a ausência do Estado enquanto garantidor de políticas públicas e de direitos, cabe destacar que, assim como cita a RMN/FMPE:

**“A presença do Estado existe com a violência policial”. (RMN/FMPE)**

Nos centros urbanos, há a contradição entre a ausência do poder público em garantir informação, acesso à água, transporte público de qualidade, respeitando o distanciamento e outros direitos básicos em tempos de pandemia, mas há um Estado cada vez mais ostensivo, coercitivo e presente na violação de direitos, no superencarceramento e na violência policial. É a necropolítica em ação, onde o poder político não apenas tem o controle sobre como a vida deverá ser gerida, mas também se encarrega de fazer a gestão sobre como e quem deve morrer.

A RENFA, por exemplo, caracteriza os territórios em que desenvolvem as ações de solidariedade e cuidado como **territórios de guerra**. As próprias companheiras da RENFA, em cada estado, são, em boa medida, mulheres de maior vulnerabilidade social, mulheres em situação de rua, em situação de cárcere etc. Mulheres que, já nas suas comunidades, precisaram (se) recriar. Que saíram da

experiência da rua, do sistema prisional, que entenderam a importância de projetos coletivos, as ações de sobrevivência, e que hoje estão no cotidiano desses territórios de guerra, que tem a presença de um Estado que quer matar sua comunidade, o tempo todo. São mulheres acolhidas, que encontram nos movimentos de mulheres uma alternativa de vida, um sentido, e que vêm fortalecendo a ação política nos territórios.

Enquanto o Estado pune, encarcera e nega de todas as formas assistência, possibilidades e meios de sobrevivência, a luta política dá um novo sentido a essas mulheres. No caso da RENFA, boa parte desse trabalho foi possível por conta (e a partir) de um projeto de assessoria jurídica às mulheres em situação de cárcere e seus familiares, cumprindo um papel importante para libertá-las do encarceramento, tendo em vista que o Estado também não cumpre o seu papel em garantir ampla defesa a elas. Em boa parte das experiências narradas, a única forma de presença do Estado, portanto, tem sido através da negação e violação de direitos.

Ainda sobre a questão da violência policial, a RMN, FMPE e SOS Corpo apontam que há muitas violações, nos territórios, dos direitos da população jovem. Algo que as mulheres envolvidas nas ações falaram e que marcou muito essas organizações foi o aumento dos jovens envolvidos com o tráfico para sobreviver. Isso tem sido recorrente nos territórios e há muitos relatos das mulheres a respeito do aumento da violência policial, da infância roubada das crianças negras, da morte e também de casos como o assassinato de Miguel<sup>25</sup>.

A negligência, por parte dos poderes públicos, em dar as respostas emergenciais às demandas sociais que se multiplicaram nesse contexto, fez surgir, em contraponto às ações meramente assistencialistas, uma diversidade de processos de resistência política e ação efetiva, de fortalecimento e sustentação da vida nos territórios. Mudou de patamar a luta pelo atendimento das demandas, pela responsabilização do poder público na execução das políticas e a pressão por direitos exercida por movimentos sociais, organizações e comunidades inteiras.

---

<sup>25</sup> Miguel Antônio Santana da Silva, filho de dona Mirtes Renata, caiu do 9º andar de um prédio de luxo em Recife-PE. Miguel foi abandonado pela patroa de dona Mirtes Renata, Sarí Côrte Real, dentro do elevador, enquanto o menino procurava pela mãe. Sarí Côrte Real apertou o botão da cobertura e abandonou o menino à própria sorte dentro do elevador, que acabou morto ao cair do prédio. Indiciada pelo crime de abandono de incapaz, ela segue livre, enquanto o processo está em andamento. Para saber mais, acesse: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/02/um-ano-do-caso-miguel-patroa-que-deixou-crianca-cair-do-9-andar-segue-sem-punicao>  
<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/05/morte-do-menino-miguel-em-pe-tem-raizes-escravocratas-diz-lider-de-domesticas>

As ações dos movimentos de mulheres expandiram-se amplamente neste contexto da pandemia, e multiplicaram-se na mesma medida em que a situação social e econômica se agravou. Diante da omissão do estado, principalmente na figura do Governo Federal, mas não apenas deste, em assistir e cuidar da população, foram os movimentos sociais, que garantiram a sustentação da vida nos territórios.

Um exemplo disso foi a Campanha, realizada pelo MST, chamada **Mulheres Sem Terra: contra os vírus e as violências**.<sup>26</sup>

*“Sabíamos que estávamos diante de um grande desafio, profundo e de longo prazo, que nos levaria a travar grandes batalhas pela luta em defesa das mulheres e contra o patriarcado, o machismo, o latifúndio, o agronegócio e o capitalismo, em todas as suas roupagens”. (Trechos do artigo: Cultivar afetos e derrotar as violências)*

A campanha assumiu três eixos: Combate à violência; Autoconhecimento e Autocuidado; Promoção da Produção, da Cooperação e da Autonomia Feminina.

*“A elas levamos pouco mais de 300 cestas, seis toneladas de comida e afeto. É mais que reunir doações e entregar a quem precisa. Estamos preparando um diálogo, uma construção. Reunimos nossas mulheres, em cada acampamento e assentamento, para pensar as cestas, o que teria em cada uma delas, artesanatos, plantas medicinais e ervas, alimentos...” (MST)*

*“Junto de cada cesta também tinha uma carta, feita a próprio punho pelas companheiras das comunidades, porque, mais que levar, queremos estar com elas. Queremos que cada uma, ao receber a cesta, receba também nosso carinho e nossa força, nossa rebeldia e nosso apoio, para que saibam que juntas somos mais fortes, e acima de tudo, mais livres”. (MST)*

*“Por isso, não estamos falando de cestas, nem de solidariedade, nem de mulheres, ou mesmo de empatia: estamos falando de processo, de construção, de possibilidade de fazer diferente, por nós todas, porque **Vivas, Livres e Despertadas nos queremos!**” (MST)*

---

<sup>26</sup> Trechos retirados do artigo: Cultivar afetos e derrotar as violências. Para saber mais acesse: <https://mst.org.br/2020/12/02/artigo-cultivar-afetos-derrotar-a-violencia/>. Acessado em julho de 2021.

Também nas campanhas do MMC - Movimento de Mulheres Camponesas, que tinham como propósito levar as cestas básicas a quem mais precisava, houve esse diferencial de não levar a cesta pela cesta, mas também como um exercício de cuidado coletivo e apoio emocional. Como exemplo, temos uma de suas ações, realizada na cidade paranaense de Foz do Iguaçu, e que tinha como foco as mulheres vítimas de violência doméstica e as populações da periferia local. Como forma de garantir o acesso a produtos de limpeza, as companheiras do movimento confeccionaram sabão artesanal e também produtos que ajudam a fortalecer a imunidade da população, como tinturas e ervas medicinais. Tudo isso ia dentro das cestas.

Neste caso, podemos destacar alguma ação positiva do Estado que, por meio de uma policial, que também é parte do grupo “Mulheres Sem Fronteira” do MMC, levava as cestas para as mulheres em situação de violência doméstica e que estavam em medida protetiva.

Iniciativas pensadas para chegar às mulheres, em suas várias dimensões que se articulam e são a base destas ações. Onde fortalecer a si e as outras perpassa por garantir o acesso à alimentação saudável, mas também ao direito a viver uma vida livre de violência, estimulando a autonomia das mulheres, o cuidado de si e coletivo, trazendo as subjetividades também para o centro das práticas políticas.

O projeto da ONG CRIOLA, denominado “**Agora é a Hora – Em defesa dos Direitos das Mulheres Negras**”, foi no mesmo sentido. Realizado em parceria com o Instituto Marielle Franco, a Perifa Connection e o Movimenta Caxias, a iniciativa foi uma decisão política importante da organização, e teve como propósito contribuir para a garantia dos direitos humanos das mulheres negras no contexto da pandemia e da ampliação das desigualdades. Foi construído com 46 lideranças e organizações da região metropolitana do Rio de Janeiro, com mais de 6 mil pessoas beneficiadas, em 17 municípios e 573 territórios do estado, sendo 88,7% de pretas e pardas.

As ações relacionadas à atenção humanitária para mulheres negras, que tiveram perdas mais aceleradas em um período de tantas dificuldades, tiveram estratégias paralelas importantes para a criação de laços e fortalecimento político de lideranças. Uma delas foi a elaboração de um questionário para conseguir informações sobre os públicos que acessam as ações, suas demandas e para ampliar o engajamento das lideranças locais na campanha. As lideranças locais foram as protagonistas de todo esse processo. O questionário ajudou bastante nesse

diagnóstico local, que colaborou para traçar as estratégias mais adequadas a cada realidade e a conhecer mais seus territórios.

Outra ação importante foi relacionada à comunicação, como ferramenta para conseguir responder às mudanças de cenário das lutas que a organização já encampava, como as novas exigências sobre direitos sexuais e reprodutivos e o aumento da mortalidade materna e das violências de gênero contra as mulheres negras, por exemplo. Eram exigidas respostas rápidas para estas questões e problemas que iam se apresentando, que não poderiam ser resolvidas como antes, com ações de rua e/ou reuniões presenciais, no *advocacy* e incidência política tradicional.

*“A gente começou a investir, ainda mais, na nossa capacidade de comunicar. Se comunicar nas redes, de maneira criativa, mudando a forma de CRIOLA falar nas redes sociais (com podcasts, lives, peças de comunicação mais robustas, textos etc.) e de mobilizar parceiras e lideranças, de também criar ações virtuais de cuidado e autocuidado, como o ‘CRIOLA On’, minicursos e incidência no processo de eleições de 2020”. (CRIOLA)*

Como experiência importante de campanha mobilizada pelas redes sociais e de estratégia de comunicação forte, a **Campanha Tem Gente com Fome, organizada pela Coalizão Negra por Direitos**, em parceria com a Anistia Internacional, Oxfam Brasil, Redes da Maré, Ação Brasileira de Combate às Desigualdades, 342 Artes, Nossas - Rede de Ativismo, Instituto Ethos, Orgânico Solidário, Grupo Prerrogativas e Fundo Brasil, foi citada por diversas organizações e movimentos como parceira em suas ações de solidariedade.

A campanha, em formato de financiamento coletivo e capitaneada pelo Movimento Negro organizado, tem arrecadado fundos para ações emergenciais de enfrentamento à fome, à miséria e à violência na pandemia de Covid-19. A campanha, que afirma que a fome não pode esperar, tem como inspiração o poema de Solano Trindade que diz *“Tantas caras tristes querendo chegar em algum destino, em algum lugar. Se tem gente com fome, dá de comer”*.

Com mais de 12 milhões e meio de reais arrecadados, possui mais de 222 mil famílias mapeadas em todo o Brasil e foi uma das principais fontes de recursos para

as iniciativas mapeadas por esse estudo<sup>27</sup>. Para além de colaborar para manter as ações de suas organizações nos territórios afetados pela pandemia, garantir a saúde e a vida de lideranças territoriais e membros do movimento negro, a campanha tem como objetivos aumentar a capacidade de organização e acompanhamento de famílias atendidas e, sobretudo, buscar condições estruturais e financeiras para atender milhares de famílias em extrema pobreza que vivem nos territórios de sua atuação, como periferias, favelas, palafitas, comunidades ribeirinhas e quilombos, em todo o Brasil.

Um dos diferenciais da campanha foi a opção de cestas básicas com produtos orgânicos, de produtoras e produtores rurais locais, fortalecendo a relação entre movimentos sociais do campo e da cidade. Esta articulação, de extrema importância, tem garantido a qualidade dos produtos que chegam às mesas das famílias e fortalece o trabalho da agricultura familiar. Dando visibilidade às lutas pela Reforma Agrária, Soberania e Segurança Alimentar. Esta relação entre campo e cidade com a centralidade no alimento é parte do projeto político de movimentos sociais como o MST, a MMC e MMM, em uma luta permanente, travada contra o agronegócio e pelo Bem Viver.

A preocupação com os alimentos que compõem as cestas básicas é parte das estratégias de cuidado e solidariedade, em que se considera tão importante quanto levar o alimento para as famílias, a qualidade deles. Estas questões estão alinhadas com as lutas das mulheres que, a partir destes movimentos, travam debates sobre a relação entre os alimentos e as pessoas, principalmente a relação com as mulheres e o direito a uma vida livre de violências. Como foi apontado pela companheira do MST:

***“Não se produz alimentos saudáveis com relações doentes”.***

Frase que reafirma a necessidade de olhar para estas questões de forma relacional, em que todas são importantes para a construção de um novo modelo de sociedade, que seja bom para todas as pessoas.

---

<sup>27</sup> Dentre as outras fontes de recursos que fortaleceram as iniciativas aqui mapeadas, foram aprovações de projetos, editais, recursos de projetos de cooperação internacional, vaquinhas virtuais, empresas locais, outros movimentos, OSCs, pessoas físicas e etc.

# 07

## ELAS QUE LUTAM - Resistência, articulação e potência coletiva transformadora

*“Mulheres fortalecendo a luta em defesa da vida, todos os dias”. (MMC)*

A frase acima foi dita pela companheira do MMC, e ilustra bem como - e em defesa de quê - as mulheres vêm lutando. Não hoje ou a partir da pandemia, mas como parte de um processo histórico de resistência política, seja em seus territórios, bairros, associações comunitárias, sindicatos, organizações ou movimentos sociais. Articulando a micropolítica em suas casas e comunidades, e, em um aspecto mais amplo, multiplicando a ação em rede com outras coletividades.

A criatividade, a diversidade, a luta pela sobrevivência e também por autonomia, são dimensões importantes nestes processos, que têm possibilitado que as mulheres se recriem e repensem, estrategicamente, dia após dia, as suas ações coletivas. Assim como a possibilidade de estarem auto-organizadas para pensar e colocar em prática estas ações, sendo este um princípio muito caro e também fundamental para o fortalecimento das lutas feministas ao redor do nosso país.

### **Sobre auto-organização e horizontalidade**

O princípio feminista é sempre estimular e preservar a autonomia das mulheres e do próprio movimento de mulheres. No sentido organizativo do movimento, a autonomia das mulheres é um objetivo e uma pauta de luta. Enfim, para o feminismo, a conquista da autonomia pelas mulheres é um objetivo e ao mesmo tempo uma condição para o fortalecimento do próprio movimento. A autonomia do movimento, por outro lado, não é um objetivo, é um princípio a partir do qual se faz a auto-organização das mulheres, sem tutelas, e a partir do qual as mulheres organizadas poderão estabelecer, ou não, relações com outros sujeitos e

instituições políticas: outros movimentos sociais, governos, partidos políticos, entre outras.

Quanto ao princípio da horizontalidade, este é assumido pelo feminismo em contraposição ao modelo hierárquico e vertical que prevalece em muitas formas de organização política, com relações de poder estabelecidas de forma centralizada e decisões impostas de cima para baixo. A horizontalidade no feminismo faz com que todas as mulheres e organizações que dele se sentem parte possam atuar com legitimidade no movimento, sem precisar ser autorizadas por ninguém. A horizontalidade é o princípio que levou, por exemplo, o feminismo a atuar na forma de rede, sem ter um centro de poder que o dirija. Assim, a horizontalidade permanece como um princípio que orienta o movimento sobre como devem ser vivenciadas as relações de poder entre as mulheres. É com base nele que propomos a negação de relações hierárquicas e queremos construir organizações cada vez mais democráticas.

(Mulheres em Movimento - SOS Corpo, 2013)

As iniciativas aqui retratadas nos mostram a dimensão desta capacidade mobilizadora, que as mulheres instituem a partir de suas alianças e estratégias de luta. Elas se sustentam em princípios valiosos, que têm fortalecido as lutas políticas dos movimentos feministas e de mulheres ao longo de suas existências. A possibilidade de estarem organizadas apenas entre mulheres é uma das questões que podemos pontuar, portanto, como importantes no desenvolvimento destas iniciativas. Fortalecer a auto-organização e fazer dela um princípio para mobilizar as ações faz toda a diferença.

Sobretudo, porque são as mulheres, em suas diversidades e complexidades, que fazem a solidariedade circular e estreitam laços e vínculos que fortalecem o conjunto das pessoas em seus territórios, como nos aponta a companheira da RENFA:

***“Tudo que a gente tem é nós mesmas”***

Frases como essa, são repetidas, em diversas versões, pelas mulheres deste estudo. Elas representam a força dos vínculos, parte fundamental da solidariedade e do cuidado coletivo presente no cotidiano das ações mapeadas.

Historicamente, a luta das mulheres negras utiliza-se de espaços coletivos de expressões de sociabilidade, escuta, acolhimento e afeto, autocuidado e cuidado coletivo. Espaços de troca e compreensão coletiva da nossa história, nossas origens, nossa cultura, de resgate das nossas memórias, como essenciais à construção do futuro. Essas estratégias, nada mais são que o **Aquilombar-se** - com fortalecimento de laços, vínculos, memórias e a constituição de uma identidade coletiva, que nos faz sentir pertencente, em um espaço de segurança proporcionado pela coletividade.

Como nos apresenta Conceição Evaristo a esse respeito:

*“É tempo de ninguém se soltar de ninguém,  
mas olhar fundo na palma aberta  
a alma de quem lhe oferece o gesto.  
O laçar de mãos não pode ser algema  
e sim acertada tática, necessário esquema.*

*É tempo de formar novos quilombos,  
em qualquer lugar que estejamos”.*

O aquilombamento exercitado pelas mulheres negras, também hoje, é a representação da resistência e das lutas dos nossos tempos. Na construção de espaços de reflexão e ação, os questionamentos sobre a realidade e as ações concretas que vão de encontro a essa sociedade racista e opressora trazem o movimento e a organização, tão fundamentais para processos de transformação mais profundos.

A expressão dessa potência coletiva é visualizada, por exemplo, com a preocupação e o compromisso com a qualidade da comida que chega às mesas das famílias. Parte da lógica do cuidado com o que se come e o que se doa, como faces da mesma moeda, e como tudo isso demonstra a importância da relação que se estreita entre campo e cidade. **“Se o campo não planta a cidade não janta”**. Este é o recado que os movimentos de luta pela terra, como o MST e o MMC, nos trazem. E é real. O MST, em suas ações na pandemia, já levou mais de 1 milhão de marmitas para as periferias das grandes cidades e distribuiu mais de 5 mil toneladas de alimentos em todo o país.

Iniciativas que dialogam com essa perspectiva também vieram de outros movimentos relevantes no país. As **“Cozinhas solidárias”**, mobilizadas pelo **MTST**

- **Movimento dos Trabalhadores Sem Teto**, em várias partes do país, tem sido uma delas.

*“As cozinhas comunitárias sempre foram uma marca do MTST, que busca assegurar, junto à luta por moradia digna, políticas que combatam a insegurança alimentar que tanto afeta os trabalhadores do Brasil. Em todas as ocupações realizadas pelo movimento, a instalação de cozinhas é uma das primeiras iniciativas em terreno, responsáveis pela alimentação de centenas de famílias diariamente, além de se tornarem um importante local de sociabilização e tomada de decisões coletivas. Agora, é estender o sucesso da experiência das cozinhas das ocupações para as periferias de todo o país e assim, alimentar de esperança e resistência milhares de trabalhadores e trabalhadoras.”<sup>28</sup>*

Em 2020, o MTST distribuiu 156 mil refeições nas periferias das cidades; 220 toneladas de alimentos; 110 mil máscaras; 15 mil kits de higiene pessoal e 220 kits para as gestantes. Estes são, junto com os dados trazidos no mapeamento, alguns números que podemos contabilizar, mas há tantos outros que ainda não foi possível, como os da Coalizão Negra por Direitos e tantas outras ações, que acontecem ainda hoje.

Os grandes números também falam da imensa capacidade de articulação entre os movimentos de mulheres junto ao movimento negro e outros movimentos sociais. Como a RENFA, que esteve articulada com outras organizações para distribuir as cestas básicas nos territórios e também formar o grupo com advogadas e advogados populares para prestar assistência às mulheres em situação de cárcere e suas famílias. Estratégias efetivadas também no campo das próprias articulações e redes feministas, como a AMB, que a partir de uma estratégia nacional do movimento, a partir de seus projetos financiados internamente por outras organizações internacionais, apoiou agrupamentos em diversos estados, disponibilizando recursos para o desenvolvimento das ações de solidariedade e cuidado em seus diferentes territórios.

---

<sup>28</sup> Para saber mais, acesse: <https://mtst.org/mtst/as-cozinhas-solidarias-do-mtst-refeicoes-gratuitas-e-afeto-nas-periferias-do-brasil/>. Acesso em julho de 2021.

É o que pontuamos como uma **solidariedade ativista**, pois é forjada e fortalecida entre os movimentos sociais, mobilizada e crescente em suas potências aglutinadoras e geradoras de alternativas políticas. Afinal...

***“Não há caminho que não seja pela luta coletiva” (RENFA)***

Luta coletiva que esteja articulada em todas as frentes possíveis, a partir de uma perspectiva política interseccionalizada, que seja radical, feminista, antirracista, anticapitalista, antiLGBTQIA+fóbica, anticapacitista, democrática e emancipatória para todas as pessoas. A interrelação das lutas demonstradas pelas ações mapeadas pelo estudo mostra isso, que tudo está interligado e que as iniciativas são um reflexo dos princípios dos movimentos.

*“A solidariedade tem que ser um princípio nosso, passar por dentro de todos os processos do nosso feminismo. Para nós, as duas coisas estão muito imbricadas (solidariedade e cuidado), a solidariedade como a possibilidade de chegar junto, de entender como toda essa situação afeta, desigualmente, todas nós. Parte desde o estar junto com a palavra, com as rodas, mas estar junto financeiramente, ter acesso a um recurso”. (AMB)*

Um dos elementos que diferenciam as ações de solidariedade e cuidado desenvolvidas pelos movimentos de mulheres e feministas das ações do Estado e corporações privadas de caráter meramente assistencialista, de viés caritativo, é o seu compromisso político com a transformação social em todos os sentidos. Como trouxemos acima e ao longo do texto, a solidariedade e o cuidado têm sido praticadas como experiências alinhadas às necessidades objetivas e materiais do agora, de cada pessoa, de cada mulher e suas famílias, subjetivas, de apoio emocional, acolhimento e escuta ativa, como parte também de uma incidência política, que informa, mobiliza e pretende construir possibilidades de emancipação e autonomia.

A solidariedade e o cuidado, como bem apontaram as companheiras da AMB, partem das nossas lutas sociais e precisam estar em todos os processos do nosso feminismo. São elementos que nos mantêm atentas umas às outras, em nossas subjetividades. **O pessoal é político**, e a pandemia trouxe, com bastante força, a necessidade de colocarmos a dimensão pessoal também para o centro das nossas ações. Retomar, a cada momento, estas duas dimensões como inseparáveis para as

nossas estratégias políticas de sobrevivência e Bem Viver, também são elementos importantes que as ações lideradas pelas mulheres neste estudo apontam. As lutas só são possíveis se as mulheres estiverem vivas, fortalecidas, com saúde física e emocional. E, neste contexto de necropolítica e superexploração, fazer viver a todas nós, ao povo negro, as LGBTQIA+, e cultivar a importância do cuidado de si e coletivo em nossos movimentos é um bravo ato de resistência.

Não é por acaso que as ações são voltadas, majoritariamente, para estas comunidades, como já dito anteriormente. Temos um genocídio em curso, e não há bandeira política mais valiosa do que a de defender o direito à vida destas pessoas, que, quando, ainda em vida, têm até sua humanidade roubada. Falamos, sobretudo, das mulheres negras; das mães-solo, que sem apoio - nem dos pais, nem da sociedade ou do Estado - têm que assumir sozinhas a responsabilidade de educar, alimentar, cuidar e proteger suas crianças; das travestis e transexuais; das trabalhadoras do sexo; das pessoas em situação de rua; das mulheres encarceradas e; tantas outras estigmatizadas e violadas por uma sociedade que pune, exclui e não acolhe.

É preciso, dessa forma, cultivar o amor, o afeto e as práticas de acolhimento, cuidado coletivo e autocuidado, como elementos igualmente importantes para nossa sobrevivência. Cuidar dos nossos corpos, cabeças e saúde, física e emocional, que se deseja integral, e defender o direito, também, aos momentos de paz, prazer e alegria. Tudo isso vem com força, neste momento tão crítico e precisa ser visto com consideração e respeito, para seguirmos atuantes e garantirmos a nossa existência - individual e coletiva - e a sustentabilidade de nossas lutas.

*“As rodas são uma possibilidade de sair do âmbito cognitivo, com os giros de autocuidado e cuidado. Eu cuido das outras e me cuido também. É uma entrega e um recebimento, acolho e sou acolhida; o cansaço vai se diluindo; atuar assim fica mais suave a partir dessa ideia. Antes, a gente não acolhia as nossas dores, as rodas permitem isso, que a gente fique em silêncio, se cuide”. (Tecelãs do Cuidado)*

*“As rodas na pandemia foram impulsionadoras de cuidado e solidariedade, de escuta, de viabilizar meios concretos de viver; tudo isso a partir da tua casa, em outro formato, fazemos muito mais do que se fosse presencialmente”. (Tecelãs do Cuidado)*

Estes relatos trazem um pouco da experiência das Tecelãs do Cuidado. Uma proposta que tem sido fundamental para a sustentabilidade das lutas políticas dos movimentos sociais como um todo e, em especial, do movimento de mulheres e feministas. Primeiro, porque nos convida ao autocuidado e ao cuidado coletivo como parte essencial de nossas estratégias de luta<sup>29</sup>.

Sem olhar para si e para as necessidades que cada uma tem, não há como uma luta, que parte das nossas vivências e corpos, ser sustentável. Principalmente nos tempos em que vivemos, em que a sobrecarga se acumula de forma assustadora na vida das mulheres, e, em decorrência dela, adoecemos, ficamos sem saúde mental nem física. Problemas cardíacos, câncer, insônia, falta de ar, dores que não passam e uma quantidade angustiante de stress e cansaço.

Neste sentido, encontrar e construir um apoio emocional e vínculos que possibilitam olhar para si e fazer disso um compromisso político e coletivo tornou-se essencial:

*“O cuidado entre ativistas e autocuidado constituem-se em caminho para/da transformação social que mobilizamos. É condição do processo de auto crescimento individual, de formação de vínculos entre as ativistas e de fortalecimento de sujeitos políticos coletivos que as mulheres instituem. É em si uma estratégia de proteção e de empoderamento das mulheres. É o caminho que escolhemos para lidar com as emergências, sem renunciar e para confirmar nossas estratégias feministas e antirracistas”. (CFEMEA, 2020)*

As Rodas Virtuais de Autocuidado e Cuidado coletivo entre mulheres ativistas, que vem girando desde o início da pandemia, são lugares de acolhimento, que promovem práticas de cuidado, escuta ativa e liberação de estresse<sup>30</sup>. Renova as energias e o ânimo. É respiro em meio ao caos. As Tecelãs do Cuidado mobilizaram 15 rodas em 2020, com uma média de 250 mulheres participando, em mais de 100

---

<sup>29</sup> Para saber mais, acesse: <https://www.cfemea.org.br/index.php/publicacoes/4856-cartilha-rodas-virtuais-de-autocuidado-e-cuidado-entre-ativistas>. Acesso em julho de 2021. E também: <https://www.cfemea.org.br/index.php/autocuidado-e-cuidado-entre-ativistas/o-que-e-autocuidado-e-cuidado-entre-ativistas>. Acesso em julho de 2021.

<sup>30</sup> Neste sentido também, vem acontecendo encontros semanais de TREM (Técnica de Redução de Estresse entre Mulheres). Uma técnica que, a partir de uma sequência de alongamentos, provoca tremores, que liberam o estresse acumulado no corpo e restauram o bem-estar. É uma técnica criada por David Barcelly, adaptada ao contexto do movimento feminista no Brasil. As sessões, voltadas às mulheres ativistas, são facilitadas em parceria pelo CFEMEA e Tecelãs do Cuidado.

giros. Mulheres de diversos grupos e movimentos sociais, à exemplo do MST, Redes de Mulheres Negras, AMB, dentre outros.

E tudo isso só foi possível por meio da virtualidade, que, em tempos de isolamento social, possibilitou encontros, apoio às mulheres que se encontram sós em suas casas e também àquelas que, afogadas em um mar de demandas, encontram nas rodas um lugar de respiro, de desaguar, de ser e sentir, podendo apoiar e ser apoiada, em um movimento constante de cuidar de si e das outras como estratégia de sobrevivência.

Neste sentido, a virtualidade revela a sua potência em aproximar as mulheres, articuladas em redes de cuidado, apoio, afeto e luta política. Por isso que, para muitas das ações mapeadas, garantir o acesso à internet está entre as suas estratégias na pandemia. Isso porque, sabemos das dificuldades que as mulheres enfrentam para acessar as redes, em decorrência das desigualdades raciais e sociais de nosso país.

A RENFA também tem mobilizado estratégias de autocuidado e cuidado coletivo, com ações de redução de danos entre as companheiras alcançadas pela Rede e o acolhimento das mulheres que se encontram nas filas dos presídios para visitar seus familiares. Para além dessas, várias outras iniciativas semelhantes foram relatadas pela RMN, FMPE, SOS Corpo, MST, MMC, AMB etc. Iniciativas que, neste momento de **"terra arrasada"** (RENFA) em que nos encontramos, cuidar das nossas companheiras e dos nossos movimentos têm tornado as coisas um pouco menos pesadas e danosas para as mulheres.

Por meio da proposta política do autocuidado e do cuidado, tem-se modificado a forma como as mulheres fazem política, alinhando-se menos a uma forma masculina de fazer, em que pessoal e político estão separados, para trazer as nossas necessidades e violências sofridas para o debate e a prática política. Não há como avançar se não cultivamos alternativas no fazer/viver a política, de uma forma não violenta, que acolha e seja um lugar acessível e respeitoso a todas - e não um lugar de adoecimento, de disputas bélicas e construção de verdades adoecedoras e excludentes.

A importância dos afetos para construir estas alternativas políticas, a escuta ativa, a alimentação livre de agrotóxico, o sabão natural, as tinturas e imunizantes, o diálogo nas filas para a visita nos presídios, a garantia do aparelho celular para que as mulheres possam se comunicar, tudo isso faz parte da política dos afetos,

presentes, tanto nestas ações de solidariedade e cuidado, quanto nas práticas políticas cotidianas das mulheres.<sup>31</sup>

O autocuidado esteve presente nas formações, na forma de acolher e enxergar a outra e o outro, e tem mobilizado este convite de “cuidar de si” e “cuidar-se coletivamente”, como uma forma de tornar as nossas lutas mais sustentáveis.

*“Cuidado com o que cada mulher tem e quer trazer, é um cuidado de dimensão democrática, de voz aberta, para cada mulher falar de si, a partir da sua experiência. É um cuidado de acolhimento, de generosidade, que pressupõe afeto e amorosidade entre as mulheres. Podemos ter amor entre nós. Generosidade e acolhimento para cada uma se situar no seu lugar, que pressupõe a segurança, falar sem ser ameaçada pelo que traz. Solidariedade que pressupõe fortalecimento do que cada uma sonha com seus coletivos. Fortalecimento coletivo de mulheres, de pessoas que querem fundar uma nova ordem”. (Tecerãs do Cuidado)*

*“Escuta é uma solidariedade que às vezes não tem nome. A solidariedade é transformadora, solidariedade feminista, antirracista, é bem importante essa questão da dororidade. Quando escuta com o coração, tu tenta entender a situação das companheiras excluídas”. (Tecerãs do Cuidado)*

Neste grave contexto em que vivemos, as experiências de escuta e acolhimento ganham muito mais força. Fazendo parte da solidariedade nos grupos e movimentos, tornaram-se necessárias e têm sido vistas como um elemento importante para a construção da luta política. Como apontado pelas companheiras da AMB, a experiência da Coletiva Antirracista dentro da articulação promoveu um espaço - inicialmente pelo *Whatsapp* e, depois, por meio de outras redes sociais - de acolhimento das mulheres negras, indígenas e quilombolas da AMB. Uma escuta ativa de como cada uma estava diante de todo esse cenário. Para além disso, cabe destacar que o autocuidado e o cuidado coletivo entre as mulheres ativistas tornou-se parte da agenda política da AMB durante a pandemia e todo o caos social no qual estamos inseridas desde então.

Uma outra experiência da AMB foram as Rodas Virtuais de Autocuidado e Cuidado coletivo entre mulheres ativistas. Uma proposta que aglutinou, durante 33

---

<sup>31</sup> Para saber mais, acesse: <https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-negras-usam-estrategias-de-quilombo-na-politica/>. Acesso em julho de 2021.

encontros, mulheres de diversos agrupamentos da articulação que, mensalmente, se encontraram, em 2020, para tecer o cuidado coletivo entre elas. Experiência valiosa e importante que vem firmando o autocuidado enquanto uma ação estratégica para o movimento.

*“Quem alimenta o corpo alimenta a luta”. (AMB)*

*“Eu tenho que ter pra poder doar. Troca muito bonita, acolher e ser acolhida”.*

*(AMB)*

## 08

# Construção de Mudança de Paradigma e novos caminhos civilizatórios

### O que a luta das mulheres brasileiras, a pandemia e as ações nos ensinam sobre isso?

Não há como falar de construção de outros e novos caminhos civilizatórios sem falar da influência da luta das mulheres, principalmente das mulheres negras. É por esse motivo que os valores afrodiaspóricos da **ancestralidade, identidade e cooperação** também são parte do olhar, sensível e diverso, sobre a realidade que integra este estudo. Esses valores chegam com o propósito de ampliar uma abordagem sobre a solidariedade, cuidado e autocuidado das mulheres em tempos de pandemia, em contraponto a reflexões universalistas, homogeneizadoras e individualistas. Vêm valorizar a riqueza da diversidade de identidades, raças, etnias e culturas, as visibilizar e reconhecer.

O valor da ancestralidade - que não se resume às práticas religiosas nem é exclusividade das culturas afro-brasileiras ou indígenas, embora estes tenham uma relação de maior reverência a seus ancestrais - nos remete a uma anterioridade étnica, regional e/ou familiar que absorveu, manteve e disseminou conhecimentos para seus descendentes. Por entender que as sociedades são fruto de acúmulos de conhecimentos, este é um conceito que abriga um referencial simbólico importante, de encadeamento hereditário e cíclico entre passado, presente e futuro. Para além de uma herança genética, somos resultado das muitas e muitos que nos antecederam. Ancestralidade é, acima de tudo, continuidade.

*“Para nós, mulheres negras, a prática do cuidado vem da nossa ancestralidade, aprendemos muito com as mulheres negras, é um pensamento do cuidado comunitário, ampliado, um grande aprendizado com as mulheres negras e indígenas. **Somos um corpo coletivo para além do corpo individual.** O povo indígena e quilombola traz isso, e a periferia também. A sabedoria ancestral do*

*cuidado, da importância do cuidado coletivo, trocas e aprendizados de formas, rodas de autocuidado, como cuidar de algo que é mais individual, essas experiências de vida individual que trazemos para o coletivo, são trocas importantes, intercâmbios que nos fortalecem. A nossa luta não é fácil, mas vai ter que acontecer. Então, precisa de tudo isso para a gente seguir e transformar". (AMB)*

A identidade é um dos valores afrodiáspóricos de maior relevância, pois sabemos que o processo de escravização dos povos africanos no Brasil fez com que estes fossem destituídos de sua cultura, saberes e até de sua humanidade. Foram “coisificados”, transformados em mercadorias pela cultura hegemônica. Como é a partir do corpo que se acomodam as identidades, é também sobre ele que a faceta do racismo se manifesta de forma a nos afastar de nossas identidades raciais. Para as mulheres negras - maioria das lideranças responsáveis pelas ações nas organizações, grupos e/ou movimentos mapeados -, a negação de suas humanidades pelos marcadores de raça carrega junto a objetificação dos seus corpos também pelo machismo e outras opressões.

Entretanto, ainda que o processo de escravização tenha tentado retirar todas as referências de identidade racial das pessoas negras escravizadas, elas atravessaram o Atlântico carregadas de valores, crenças ancestrais, visões do mundo, alteridades, simbolismos e diferentes formas de organização social. Com isso, foi possível que estes e estas refizessem seus referenciais de identidade sobre uma matriz comum africana e que seus descendentes pudessem reconstruir suas identidades individuais e coletivas.

*“O Brasil se nega à sua própria identidade. Precisamos da cosmovisão africana, que diz ‘eu existo porque o outro existe’, ‘eu sou, porque nós somos’”. (Ilê Asé Omo Obá T’Oyo)*

*“Estamos falando de luta, mas também de amor, que a gente não é uma coisa só, a gente é uma coisa e outra. Luta, gozo, prazer, mulheres mais velhas, mais novas, riqueza de experiências”. (AMB)*

A cooperação, que tem total relação com o estudo, é um valor que, na realização de um determinado trabalho ou tarefa, consiste numa forma de organização coletiva, relacional, interdependente. É por meio da cooperação que

compreendemos a potência de relações mais horizontalizadas e exercitamos uma divisão mais equânime do que é produzido pelo coletivo, como o são as iniciativas de solidariedade, cuidado e autocuidado mapeadas pelo estudo.

Este deve ser um valor a ser reconhecido, por estar presente nas ações das diversas organizações, coletivos e movimentos, cuja prática faz crescer a ideia de comunidade, nas quais as semelhanças e diferenças atuam de forma a unificar e fortalecer os atores e atrizes envolvidas na luta por uma sociedade mais justa.

Se, portanto, vemos o colonialismo se constituir como mecanismo político, econômico e geográfico de dominação, mas também instrumento de dominação ideológica e de subjetividades da organização social, as críticas elaboradas pela perspectiva da subalternidade e pelos estudos pós-coloniais possibilitam a criação de novas identidades e alternativas epistemológicas na construção das saídas para um outro mundo possível.

Como dissemos no começo do estudo, a pandemia da covid-19 virou as nossas vidas de cabeça para baixo e escancarou o que o movimento de mulheres, mulheres negras, quilombolas e povos indígenas, já denunciavam: este sistema não nos serve. É uma máquina de moer gente com alto poder de destruição e que, quando colapsa, se torna, após suas crises, muito pior. O cansaço, as doenças, a falta de ar, e um inimigo sobre o qual ainda não temos controle e tampouco sabemos se um dia teremos, nos dão um ultimato de que, ou mudamos radicalmente a forma como nos relacionamos - entre nós e com o planeta - ou morreremos todos. Sem exceção.

As ações e as lutas apresentadas aqui são um retrato significativo do que as mulheres, em sua diversidade, têm feito, antes mesmo de toda essa situação se agravar e chegar ao ponto em que estamos hoje.

### **Esse retrato representa uma proposta política para transformar o mundo.**

*“A pandemia nos fez refletir sobre o tamanho da desigualdade que a gente vive. Sem solidariedade e cuidado não tem feminismo”. (AMB)*

O Bem Viver<sup>3233</sup>, vivência e conceito cunhado pelos indígenas e povos quilombolas, são as bases de onde partem as construções destas mulheres em

---

<sup>32</sup> Para saber mais: “Caminhos para a cultura do Bem Viver” de Aiton Krenak (2020).

<sup>33</sup> Para saber mais, acesse: <https://azmina.com.br/colunas/bem-viver-mulheres-negras/>. Acesso em julho de 2021.

movimento. As redes comunitárias e de solidariedade que elas, historicamente, tecem para sobreviver, se ajudando mutuamente nos cuidados com os filhos, com as famílias, para garantir e manter o sustento dos seus, revela o que estas mulheres, em coletividade, têm feito para manter a roda da vida girando.

São saberes e vínculos construídos à revelia de um sistema que privilegia o lucro à vida, que prezam pela coletividade e pela força que temos quando, juntas, nos apoiando em todos os sentidos, emocionais e financeiros. Em defesa de um Bem Viver que seja integral, que nos garanta o alimento, mas o direito ao prazer, ao descanso, ao afeto, ao cuidado e à alegria de uma vida livre de violência, de exploração e genocídio. Em que possamos viver enquanto parte deste organismo vivo que é a terra, entendendo que, para que exista continuidade e futuro, precisamos cuidar do agora.

A terra não é uma fonte inesgotável, como preconiza o sistema capitalista, de forma que podemos sugar até a última gota, em prol do bem-estar individual, enquanto coletividades inteiras sofrem com os saques às nossas florestas, à água, que cada vez mais se torna um bem caro, privado e escasso. O bem-estar de uns tem comprometido o Bem Viver de todas as pessoas. É isso que precisamos mudar. Urgentemente.

O **Bem Viver** e a **Economia Feminista** são aliados na concepção de uma nova ética civilizatória, que nos aponta para a necessidade da transformação social, que considera a sustentação da vida e o cuidado em primeiro lugar, não havendo a intencional e violenta separação entre trabalho produtivo e reprodutivo, que precariza, invisibiliza e explora o labor das mulheres.

*“É preciso reconhecer e valorizar a experiência histórica das mulheres, que garantem com o seu trabalho cotidiano a sustentabilidade da vida. É preciso colocar a lógica da produção do viver em primeiro lugar e dividir esta responsabilidade com os governos, os homens e toda a sociedade”. (SOF – Para entender a economia feminista, 2014)*

Repartindo responsabilidades e possibilitando uma outra forma de ser e se relacionar com o mundo, trazendo a sustentação da vida como uma dimensão vital para a nossa sociedade. Sem ela, toda a roda da vida para de girar.

São as mulheres negras que, ao longo de mais de 500 anos de expropriação, violência e racismo, vêm construindo tecnologias ancestrais que possibilitaram a continuidade dos seus - como nos mostram as Redes de Mulheres Negras, que se espalham pelo país, nas Marchas das Mulheres Negras pelo Bem Viver, que ocorrem desde 2015, e atuações em rede, como a articulação Agora é a Hora<sup>34</sup>, impulsionada pela CRIOLA e que reúne organizações e lideranças no Rio de Janeiro, mobilizadas para distribuição de cestas básicas, incidência e fortalecimento político nos territórios<sup>35</sup>.

Da mesma forma, também nos mostram as alternativas possíveis, grupos de mulheres negras que hoje ocupam a política institucional e aportam estes saberes e práticas por um mundo melhor, ainda que sigam enfrentando o racismo, a misoginia, a violência política e tantas outras experiências que tentam as invisibilizar e silenciar.

**São estas mulheres que, em movimento, apresentam hoje a necessária mudança de paradigma, para que possamos traçar novos caminhos civilizatórios, de bases comunitárias, em um tempo que não é o do capitalismo, em defesa da agroecologia e da luta feminista antirracista.**

Todas estas ações que aqui retratamos - e tantas outras que não estiveram no escopo desse estudo - nos ensinam sobre isso. E nos mostram, na prática, que é possível e urgente fazer diferente. Trazendo a sustentação da vida, o trabalho das mulheres, o cuidado e o autocuidado, um olhar sobre a economia, feminista e solidária, como centrais para vencermos todas as batalhas que estão postas pelos desafios da atualidade.

As ações de solidariedade e cuidado desenvolvidas, apoiadas e mobilizadas em rede, nos dão a dimensão de todas estas possibilidades e apontam os caminhos para o Bem Viver.

---

<sup>34</sup> O projeto Agora é a Hora! distribuiu, de Abril a Julho, 11.585 cestas de alimentação, além de assistências às pessoas para garantir o auxílio emergencial. No total, mais de 6.000 foram contempladas nas ações. O CRIOLA, uma das organizações que fazem parte deste estudo, compõem esta rede.

<sup>35</sup> Para saber mais, acesse: <https://www.agoraeahora.org/quemfaz>. Acesso em julho de 2021.

## OUTRAS REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo. Ed. Boitempo, 2018.

CARNEIRO, Sueli. 1995. **Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>

CFEMEA. **Cuidado entre Ativistas**. Brasília: CFEMEA, 2015.

\_\_\_\_\_. **Bem Viver para a Militância Feminista – Metodologias e Experiências de Autocuidado e Cuidado entre Mulheres Ativistas**. Brasília, 2016. Disponível em:

[https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/bem\\_viver\\_para\\_militancia\\_feminista.pdf](https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/bem_viver_para_militancia_feminista.pdf)

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Rev. Estud. Fem. [online]. 2002, vol.10, n.1, pp.171-188.

EVARISTO, Conceição. **A gente combinamos de não morrer**. In.: Olhos d'Água. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização de Liv Sovick. Tradução de Adelaine La Guardia Resende... [et al]. 1ª Ed atualizada. Belo Horizonte: Editora IFMG, 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas Configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, vol. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez., 2007.

LIMA, A. N. C.. **MULHERES MILITANTES NEGRAS: a interseccionalidade de gênero e raça na produção das identidades contemporâneas**. 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

IM DEFENSORAS. **Pensar y actuar experiencias de autocuidado de defensoras de derechos humanos en Mesoamérica**, 2014. Disponível em: <<http://im-defensoras.org/wp-content/uploads/2017/02/223570458>>. Acesso 04 Set. 2018.

MOLINIER, Pascale; PAPERMAN, Patricia. **Descompartmentar a noção de cuidado?** Revista Brasileira de Ciência Política, n.18. Brasília, setembro - dezembro de 2015, pp. 43-57.

MOUFFE, Chantal. **“Feminismo, cidadania e política democrática radical”** In: O Regresso do Político. Lisboa: Gradiva. 1993 (Cap. 5-p. 101-120). / Também em Ciudadanía y Feminismo. Disponível em: [http://mujeresdelsur.org/sitio/images/descargas/chantal\\_mouffe%5B1%5D.pdf%20ciudadania%20y%20feminismo.pdf](http://mujeresdelsur.org/sitio/images/descargas/chantal_mouffe%5B1%5D.pdf%20ciudadania%20y%20feminismo.pdf).

OLIVEIRA, Guacira. **El desafio de transformar el mundo mientras nos transformamos.** Disponível em: <http://www.cotidianomujer.org.uy/sitio/proyectos-antiguos/nuevas-tecnologias-tic/29-publicaciones/revistas/cotidiano-mujer-no43/274-guacira-cesar-de-oliveira>. Acesso em 10 Jun 2018.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila. (Org): **A prática feminista e o conceito de gênero.** Textos Didáticos, n. 48, p. 7-42, Campinas, 2002.

SILVA, Carmen. **Os sentidos da ação educativa no feminismo.** In: SILVA, Carmen (org.). Experiências em Pedagogia Feminista. Recife: SOS Corpo, 2010.

SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. **Feminismo e Movimentos de Mulheres,** da série **Mulheres em Movimento.** Recife, 2013.

TRINDADE, Azoilda. **Racismo no Cotidiano Escolar.** Rio de Janeiro: FGV/IESAE, 2005. Dissertação de Mestrado em Educação.

TRONTO, Joan. **Assistência democrática e democracias assistenciais.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285 - 308, maio/ago, 2007.

**O Observatório Direitos Humanos Crise e Covid-19 é uma ação de um conjunto de organizações sociais e movimentos populares, de um espectro diverso dos direitos humanos, para monitorar, formular e sistematizar informações relativas aos direitos humanos no contexto da pandemia do coronavírus.**

### **Integram o Observatório:**

• Anistia Internacional • Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) • Articulação de redes e entidades nacionais para o enfrentamento da pandemia nas periferias e grupos vulneráveis • Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) • Artigo 19 • Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) • Associação dos Jovens Indígenas Tapeba - CE • Associação Juízes para a Democracia (AJD) • Campanha Despejo Zero • Cedeca Gloria de Ivone, TO - Observatório Popular de Direitos Humanos • Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará - Cedenpa • Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea) • Cineclube Comunitário do Povo/Comitê de Solidariedade do Povo - BA • Coalizão Negra de Direitos • Coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência • Conectas • Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) • Criola • Eu Amo Minha Quebrada - BH • Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso (FDHT) • Fórum Nacional em Defesa do Sistema Único de Assistência Social e da Seguridade Social • Geledés Instituto da Mulher Negra • Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) • Justiça Global • Movimento de Defesa dos Direitos dos Moradores em Núcleos Habitacionais de S. André – MDDF/SP • Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) • Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) • Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) • Nós, mulheres da Periferia - SP • Núcleo de Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná • Núcleo de Prática Jurídica da UFPR • Observa Pop Rua - DF • Observatório do Marajó • Observatório Popular de Direitos Humanos de Pernambuco (OPDH) • Observatório - UNICAMP • Plataforma Brasileira de Direitos Humanos (DHESCA) • SOS Corpo • SOS Providência - RJ • Teia Solidariedade da Zona Oeste - RJ • Terra de Direitos.

### **APOIO:**

**OPEN SOCIETY  
FOUNDATIONS**